



# **GOLPE DO FALSO ADVOGADO: COMO EVITAR E O QUE FAZER PARA DENUNCIAR**

Em adesão à mobilização nacional, OAB-BA lança campanha para alertar a população sobre crime que já fez inúmeras vítimas no Brasil

**pág. 58**



## **PLURALIDADE MARCA POSSE DO CONSELHO SECCIONAL DA OAB-BA**

Cerimônia contou com presença do presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti

**pág. 34**

## **OAB BAHIA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DA ADVOCACIA**

OAB-BA cria primeira Comissão de Apoio à Advocacia em Demandas de Massa do Brasil

**pág. 46**

## **PRIMEIRA ESCOLA ANTIRRACISTA DA OAB É LANÇADA NA BAHIA**

Idealizada pela ESA-BA, iniciativa nasce com proposta de "formar para transformar"

**pág. 49**

**50** eventos realizados em  
**100 dias**

**10** eventos realizados no  
interior do estado

**35** eventos com  
transmissão ou  
modalidade on-line

Mais de **8.000** matrículas

Dados de fev/abril de 2025

### UMA NOVA ESA PARA UM NOVO TEMPO

A Escola Superior de Advocacia da Bahia inicia sua nova gestão reafirmando o compromisso com a formação jurídica de qualidade, a inclusão e a inovação. Com foco na interiorização do ensino e na atuação de portas abertas, a ESA-BA promove cursos e eventos que atendem às reais necessidades da advocacia baiana. A nova gestão aposta no lema "Formar para Transformar", investindo em práticas modernas, novas plataformas e projetos inovadores. A ESA-BA atua para levar conhecimento prático e acessível a todas as regiões do estado, fortalecendo a advocacia e ampliando espaços de qualificação e diálogo.



## ATUALIZAMOS!

# AGORA É TUDO EM UM SÓ LUGAR, MAIS RÁPIDO E ONLINE!



**ACESSE O SITE**

[oab-ba.org.br/sociedade-digital](http://oab-ba.org.br/sociedade-digital)



# BAHIA

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Daniela Lima de Andrade Borges** | Presidenta  
**Hermes Hilarião Teixeira Neto** | Vice-Presidente  
**Cléia Costa dos Santos** | Secretária-Geral  
**Raphael Pitombo de Cristo** | Secretário-Geral Adjunto  
**Daniel Cardoso de Moraes** | Tesoureiro

## CONSELHO FEDERAL

Esmeralda Maria de Oliveira  
Fabrício de Castro Oliveira  
Luiz Augusto Reis de Azevedo Coutinho  
Luiz Viana Queiroz  
Mariana Matos de Oliveira

## CONSELHO SECCIONAL

Adriano Ferreira Batista de Souza  
Alcides Emanuel Espíndola Bulhões  
Alice Maria Cavalcanti Cintra  
Allah Nascimento Silva Muniz de Goes  
Ana Beatriz Lisboa Pereira  
Ana Carolina Alves Barreto  
Ana Paula Moreira Góes  
André Elbachá Vieira  
André Luiz Queiroz Sturaro  
Andressa de Albuquerque Cardoso Fonseca  
Ângelo Ramos Pereira  
Anna Carla Marques Fracalossi  
Antônio Magalhães Lisboa Filho  
Ary Cleviston Almeida de Santana  
Beatriz Nóvoa Marques  
Betânia Rocha Rodrigues  
Betha Brito Nova  
Bruna Roldi Giaretton  
Caio Mousinho Hita  
Camila Dias dos Santos Carneiro  
Carlos Frederico Ico Oliveira  
Carlos Alberto Medauar Reis  
Carlos Wilson Sales Costa  
Carolina Bussen Brandão  
Celso Vasques dos Reis Portella Filho

Cibele Gomes de Queiroz  
Claudio Ferreira de Melo  
Cinthya Viana Freire Fingergut  
Daniela Carvalho Portugal  
Daniella Miranda Santos  
Daniele Silva Barbosa  
David Bellas Câmara Bittencourt  
David Roldan Vilasboas Lama  
Deborah Talline Silva Carvalho  
Delbo Augusto Silva Corado  
Eduardo Rodrigues de Souza  
Eliane Cristina Macêdo dos Santos  
Emanuela Pompa Lapa  
Emília Domingues Donato Bonfim  
Esdras Ferreira Santos Silveira  
Esequias Pereira de Oliveira Segundo  
Esmeralda Halana da Costa Santana  
Evany Candida Vieira dos Santos  
Everardo Lima Ramos Júnior  
Fabrício Bastos de Oliveira  
Fabrício Moreira Santos  
Fabrício Ghil Frieber  
Fernanda Pereira Queiroz  
Fernanda Souza Cardoso  
Filipe de Abreu Reis  
Florisvaldo Pasquinha de Matos Filho  
France Anne Lopes Góis Nolasco  
Gabriela Sepúlveda Sobrinho  
Gabriela Braga Macêdo  
Gabriela de Carvalho Melo Pita Araújo  
Gabriella de Jesus Marinho  
Gustavo de Góis Souza  
Henrique Antônio de Arruda Martins  
Humberto Graziano Valverde  
Ibsen Noronha Fernandes  
Isis Barreto Fedulo Franco  
Janaina de Sousa Bastos  
Jaques Douglas Garaffa  
Jéssica Coimbra Santos  
João Alves do Amaral  
Joana Rêgo Silva Rodrigues

Joel Nunes Victória Júnior  
Joeline Araújo Souza  
Jonata William Sousa Da Silva  
José Antônio dos Santos  
Jussara Maria Santos de Souza  
Karina Calixto de Mattos  
Kerry Anne Esteves Farias  
Lara Kauark Santana  
Lara Rafaelle Pinho Soares  
Larissa Sento Sé Rossi  
Leandro Lopes de Castilho Fontoura  
Leonardo Mendes Cruz  
Lucas Balduino Rosas Biondi  
Luciana Rodrigues Vieira Lopes  
Luis Vinicius de Aragão Costa  
Luise Silva de Jesus Alves  
Luiz Gabriel Batista Neves  
Mailson Conceição de Jesus  
Maíra Santana Vida  
Márcia Gisele Rolim Cerqueira  
Marcos Barroso de Oliveira  
Marcos Fontes de Amorim e Santanna  
Marcus José Andrade de Oliveira  
Marcus Vinicius Barreto Serra Júnior  
Marcus Vinicius Figueiredo de Sousa Rodrigues  
Maria Amélia Maciel Machado  
Maria Dantas de Argolo da Silva  
Maria da Graça Bellino de Athayde de Antunes Varela  
Maria Sampaio das Mercês Barroso  
Maria Raimunda da Silva Oliveira  
Marluzi Andrea Costa Barros  
Micheline Flores Porto Dias  
Murilo Augusto Rodrigues Moreira  
Osmar Santos Palma Batista  
Paulo Alberto Carneiro da Costa Filho  
Paulo de Tarso Brito Silva Peixoto  
Rafael Lino de Sousa  
Rafael Menezes Trindade Barretto  
Raquel Carneiro Santos Pedreira Franco  
Renata Lins Azi  
Riza Natália Moreira Alves da Silva  
Roberto Cal Almeida Filho  
Sarah Barros Galvão  
Simone Ribeiro Lopes de Azevedo  
Tâmara Costa Medina da Silva  
Tamiride Monteiro Leite  
Tereza Cristina Guerra Dória  
Thais Bandeira Oliveira  
Hyara Gonçalves Novais

Ubirajara Gondim de Brito Ávila  
Vagner Bispo da Cunha  
Valter Guilherme Costa de Almeida  
Vinicius Meira Dantas  
Vinicius Oliveira Santos  
Vivian Vasconcelos dos Reis Santos  
Wagner Veloso Martins  
Yves Vasconcelos Freire  
Zaqueu Soares Muniz

## ESA | Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes

**Sarah Barros Galvão** | Diretora-Geral  
**Lilian Oliveira de Azevedo Almeida** | Vice-Diretora  
**Jonata William Sousa da Silva** | Secretário-Geral  
**Luciano Lima Figueiredo** | Diretor  
**Ubirajara Gondim de Brito Ávila** | Diretor

## CAAB | Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia

**Maurício Leahy** | Presidente  
**Renata Deiró** | Vice-Presidenta  
**Marcos Bomfim** | Diretor-Tesoureiro  
**Ilana Campos** | Secretária-Geral  
**René Viana** | Secretário-Geral Adjunto e Diretor de Saúde  
**Juliana Camões** | Diretora de Esportes  
**Ronaldo Soares** | Diretor  
**Carolina Orrico** | Diretora de Relações Institucionais

## TED | Tribunal de Ética e Disciplina

**Emília Roters Ribeiro** | Presidenta  
**João Alves Amaral** | Vice-Presidente  
**Alexandre da Silva Medeiros Santos** | Secretário-Geral  
**Ana Beatriz Lisboa Pereira** | Diretora  
**Fabricio Moreira Santos** | Diretor

## REVISTA OAB | Edição de abril de 2025

**Juliana Lopes** | Reportagem  
**Paulo Fortes** | Edição e Assessoria de Imprensa  
**Angelino de Jesus** | Fotografia  
**P55 Edição** | Projeto gráfico e editoração

### OAB Bahia

Rua Portão da Piedade, nº 16  
Barris, Salvador – CEP: 40.070-045  
Telefone: (71) 3329-8900





# Sumário

OAB Bahia divulga relatório de gestão do triênio 2022-2024	7
“Não aceitaremos a criminalização da advocacia na Bahia”, diz Daniela Borges durante ato de posse da nova diretoria da OAB Bahia	8
Nova diretoria da CAAB	10
OAB-BA atua e TRT5 remarca uma de duas audiências que aconteceriam em horários próximos com uma mesma advogada	10
OAB-BA e suas 37 subseções participaram da campanha “Volta às Aulas Solidária”	11
OAB-BA e INSS assinam termo para implantar Guichê Virtual na Bahia	12
OAB-BA e TJBA desenvolvem campanha conjunta sobre protocolo de precatórios	13
Cortejo da OAB Bahia uniu fé e conscientização na Lavagem do Bonfim	14
OAB-BA empossou nova diretoria da ESA-BA para triênio 2025-2027	16
OAB-BA lançou Programa de Regularização Financeira exclusivo para advocacia idosa	16
<b>Fique em Dia:</b> OAB-BA lançou programa que reduz até 100% das multas e juros de anuidades inadimplidas	17
Após atuação da OAB, CNJ suspende prazo de implementação de resolução que prevê sustentações por vídeo	17
Após atuação da OAB-BA, TRF1 retoma atividades presenciais no Fórum Teixeira de Freitas	19
Prefeitura de Capim Grosso acolhe pedido da OAB Jacobina para preservar atividades privativas da advocacia	20
Diretoria da OAB-BA visitou presidenta do TJBA	21
Após pedido da OAB Jacobina, auditor fiscal de Piritiba recomenda isenção de TLL e TFF para escritórios de advocacia	22
Cine ESA retornou com sessão gratuita de “Ainda Estou Aqui”	23
OAB pede e Barroso recomenda que tribunais mantenham sustentação oral presencial	24
Atuação da OAB Bahia	25
STF reafirma direito de advogados a honorários em parcelamentos e acordos com o poder público	25
OAB se posiciona contra projeto que permite a cobrança de dívidas por cartórios	26
Daniela Borges é nomeada coordenadora do Colégio de Presidentes da OAB Nacional	27
OAB comemora aprovação de projeto que dispensa advogado de adiantar custas na execução de honorários	28
OAB Bahia reúne advocacia em ato inter-religioso na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	29
Colégio de Presidentes da OAB-BA recebe desembargador do TJBA e assessor especial da Presidência do Tribunal	31

OAB-BA realiza primeira sessão do Conselho Pleno de 2025	32
Pluralidade marca posse do Conselho Seccional da OAB-BA	34
Assistência para advocacia	36
Bruno Reis lançou candidatura de Salvador para sediar Conferência Nacional da Advocacia em 2026	36
Felipe Freitas fala em interlocução com ALBA para discutir piso salarial da advocacia e pagamento de dativos	38
OAB Bahia se reuniu com Polícia Civil para tratar de assuntos de interesse da advocacia	39
Prerrogativas da advocacia	40
Dia Internacional da Mulher: advocacia feminina marca presença na Marcha 8M	40
OAB-BA entrega Comenda Barachisio Lisboa ao advogado José Carlos Vieira Moraes	42
OAB pede a Barroso suspensão de medida que prioriza intimações pelo Diário da Justiça Nacional em detrimento do processo eletrônico	42
Mais uma vitória da advocacia: STF garante que causas privadas seguem critérios do CPC para honorários	43
Fabrizio Castro é o novo representante do Conselho Federal da OAB no CNJ	44
Entra em vigor lei que isenta advocacia de antecipar custas na execução de honorários	45
OAB-BA cria primeira Comissão de Apoio à Advocacia em Demandas de Massa do Brasil	46
OAB-BA consegue reforma de sentença que condenou advogado por difamação	47
OAB-BA consegue impedir arquivamento de ação de advogada afastada por atestado médico	48
Primeira Escola Antirracista da OAB é lançada na Bahia	49
Letramento Racial	51
Com atuação da OAB-BA e OAB Camaçari, TJBA aprova instalação da 3ª Vara Cível do município	52
OAB-BA e OAB Simões Filho atuam e TJBA aprova instalação da 2ª Vara de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Candeias	53
Após pedido da OAB-BA e OAB Feira de Santana, TJBA aprova instalação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no município	54
OAB Bahia aponta problemas em decreto do TJBA sobre sigilo em processos	56
Golpe do falso advogado: como evitar e o que fazer para denunciar	58
OAB Bahia instala nova Procuradoria de Defesa dos Honorários	60
Cidades de Cipó e Ribeira do Amparo são rezoneadas da OAB Alagoinhas para a OAB Serrinha	61
OAB-BA pede e TJBA restabelece fluxo de publicações nos diários da Justiça estadual e nacional	61
Posse de subseções	62

# NOSSO TEMPO É AGORA!

Mais cuidado, mais auxílio e mais assistência para a advocacia baiana



SIGA NOSSAS  
REDES SOCIAIS



[www.caab.org.br](http://www.caab.org.br)



@caab\_oficial

# CAAB

NOSSO TEMPO

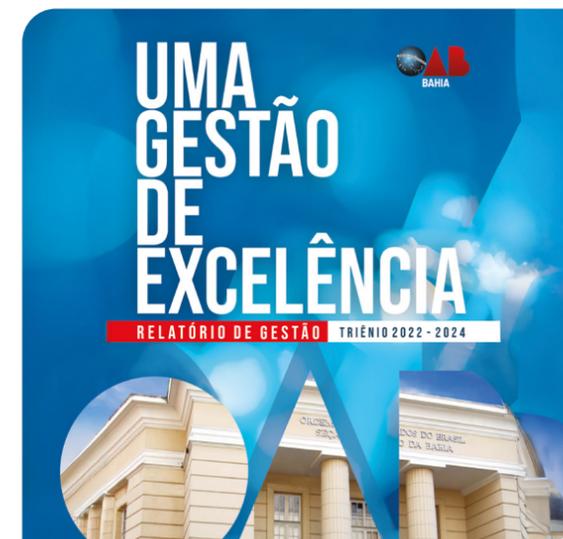
## OAB Bahia divulga relatório de gestão do triênio 2022-2024



No dia 1º de janeiro, OAB Bahia publicou um relatório de gestão com as ações desenvolvidas no triênio 2022-2024. Com leitura fácil e atrativa, o documento traz números e dados relativos aos programas, ações e projetos que deram tom a uma gestão plural e disruptiva, que trouxe Daniela Borges como a primeira mulher presidenta da OAB-BA em 90 anos.

Entre as ações em defesa das prerrogativas da classe, estão a criação do cartão de acesso da advocacia ao TJBA; o Atender é Lei, projeto que garante atendimento pela magistratura; o Prerrogativa Online, que agilizou o recebimento de denúncias de violação de prerrogativas; e a Caravana de Prerrogativas, com mais de 30 cidades visitadas naquele triênio.

Em relação à luta contra a morosidade processual, o relatório mostra que a seccional atuou na nomeação de 62 juízes pelo TJBA, na realização de concursos para novos servidores e na instalação de 20 Varas Judiciárias. A OAB Bahia também lançou o MovimentAção, aplicativo que identifica e combate a morosidade processual; realizou a campanha "Danos morais não são mero aborrecimento" e o ato "Demandas de massa não são predatórias", contra a criminalização da advocacia.



Com leitura fácil e atrativa, documento traz dados relativos aos programas e ações que deram tom a uma gestão plural e disruptiva

Estimulando o processo de interiorização da OAB, a seccional reformou 22 sedes de subseções e 22 salas; criou 2 novas sedes; fez melhorias em 33 novas salas e entregou 330 equipamentos entre computadores, impressoras e scanners. O relatório também traz uma série de ações voltadas à capacitação e valorização da advocacia e à representatividade da classe, com destaque para a advocacia negra, advocacia feminina e jovem advocacia.

Para acessar o relatório na íntegra, aponte a câmera do celular para o QR-Code.



## “Não aceitaremos a criminalização da advocacia na Bahia”, diz Daniela Borges durante ato de posse da nova diretoria da OAB Bahia



Em seu discurso, presidenta reeleita da seccional destacou compromisso da nova gestão com inovação, capacitação e valorização da classe, incluindo luta por melhor remuneração

A presidenta reeleita da OAB Bahia, Daniela Borges, foi empossada para o triênio 2025-2027 em ato administrativo realizado no dia 3 de janeiro, na sede da seccional, na Rua Portão da Piedade. À frente da OAB-BA entre 2022 e 2024, Daniela foi a primeira mulher a presidir a seccional baiana da OAB nos 92 anos da entidade.

Ao lado dela, foram empossados o vice-presidente Hermes Hilarião, que foi diretor tesoureiro da seccional na última gestão; a secretária-geral Cléia Costa; o secretário-geral adjunto Raphael Pitombo; e o diretor tesoureiro Daniel Moraes. Antes da solenidade, foi realizada uma missa na Igreja do Bonfim, marcando o início da nova gestão.

Bastante emocionada, Daniela disse que, honrando a história da sua primeira gestão e daqueles que a antecederam, sua nova gestão representa a construção um novo tempo. “Nosso coletivo não é mais o mesmo. Os grupos têm uma personalidade que se desenvolve ao longo do tempo e eu tenho certeza de que, juntos, faremos a melhor gestão da história da OAB-BA. Esse é o meu compromisso”, disse.

**“O advogado quer e precisa viver dignamente da profissão”**

Daniela Borges • Presidenta da OAB Bahia

Ao destacar a ineficiência da prestação jurisdicional como um dos principais entraves para a advocacia baiana, a presidenta disse que a seccional investirá em ações efetivas para a classe, com destaque para iniciativas voltadas à inovação. “Inovar não é só tecnologia. É trazer o diferencial que vai efetivamente impactar positivamente o dia a dia da advocacia. É fazer mais perto e melhor”, destacou.

Daniela também afirmou que investirá na capacitação e valorização da advocacia, com destaque para a luta por melhor remuneração e contra a criminalização da profissão. “O advogado quer e precisa viver dignamente da profissão. O sistema de justiça não funciona sem a advocacia. Nesse sentido, vamos lutar veementemente contra a criminalização da classe, porque, quando se tenta criminalizar o exercício da profissão, na verdade, estão tentando negar o acesso do cidadão à justiça. O problema não é a volume em massa de ações, mas a violação em massa de direitos. Não aceitaremos a criminalização da advocacia na Bahia”, ressaltou.

Além de Daniela, também discursaram os novos diretores da OAB Bahia. Após três anos como tesoureiro da seccional, o atual vice-presidente Hermes Hilarião, membro vitalício da OAB Jovem, destacou que assume o novo cargo com a missão de ser uma ponte entre gerações da advocacia, tendo na coragem uma das suas principais armas. “Coragem para combater o Judiciário; coragem para entender que as novas tecnologias podem potencializar nossa profissão; coragem para defender nossa prerrogativas e coragem para lutar pela valorização constante dos honorários, pela



Daniela Borges destacou compromisso da nova gestão com inovação, capacitação e valorização da advocacia, incluindo luta por melhor remuneração

efetivação do piso salarial e remuneração dos dativos”, destacou.

A secretária-geral Cléia Costa reafirmou o compromisso de cumprir a tarefa de fazer uma secretaria dentro de uma seccional que representa toda a advocacia da Bahia e que tem o comprometimento com os desafios que atingem a classe. “E o principal desses desafios é o da união. Estaremos prontos para as críticas saudáveis, mas estaremos vibrando para que todos estejam alinhados na continuidade e construção dos trabalhos da advocacia”, ressaltou.

Ao destacar a alegria de integrar a nova diretoria, o secretário adjunto Raphael Pitombo disse é uma honra ter o trabalho reconhecido ao lado dos colegas que compõem a nova gestão. “Reafirmo o meu compromisso de continuar com o trabalho sério e de honrar todos os votos que recebemos. Vamos em frente, que o trabalho não pode parar”, conclamou.

O tesoureiro Daniel Moraes agradeceu a oportunidade de dar sequência ao trabalho de defesa e valorização da classe e reconheceu a importância da advocacia do interior, que “permaneceu firme e entendeu o chamado da Ordem para manter uma unidade em busca do fortalecimento da classe”.

**“Inovar não é só tecnologia. É trazer o diferencial que vai efetivamente impactar positivamente o dia a dia da advocacia.”**

Daniela Borges  
Presidenta da OAB Bahia

## Nova diretoria da CAAB



Ainda na solenidade, foi empossada a nova diretoria da Caixa dos Advogados (CAAB), composta pelo presidente Maurício Leahy; pela vice-presidenta Renata Deiró; secretária-geral Ilana Kátia; secretário adjunto René Viana; e pelo tesoureiro Marcos Bonfim; além dos diretores Carolina Orrico, Juliana Camões e Ronaldo Soares.

Representando o grupo, Maurício Leahy, agradeceu a parceria da presidenta Daniela Borges, a qual classificou como “grande liderança baiana”, e destacou o empenho da CAAB, nos últimos três anos, para a construção de um novo tempo com mais avanços e conquistas para a advocacia. “E nós estamos aqui, hoje, em reconhecimento a esse trabalho. Esse é um processo de construção coletiva. Ao longo da gestão, percebemos o verdadeiro significado das palavras união e amizade”, destacou.

Para o próximo triênio, Leahy garantiu que, ao lado da seccional, continuará fazendo mais pela classe. “Seguiremos investindo e fazendo as entregas importantes de que a advocacia precisa. Temos projetos e propostas efetivas para os próximos anos, contando com a chegada dos nossos novos diretores. Nosso desafio é superar os números alcançados e ampliar, ainda mais, a presença da CAAB por toda a Bahia”, concluiu.

A posse solene do novo Conselho Seccional da OAB Bahia aconteceu no dia 21 de fevereiro, no Centro de Convenções de Salvador, precedida, no dia 19/02, por um ato inter-religioso realizado na Igreja Nossa Senhora Rosário dos Pretos, no Pelourinho.



## OAB-BA atua e TRT5 remarca uma de duas audiências que aconteceriam em horários próximos com uma mesma advogada

*Audiências foram marcadas pelas 13ª e 22ª Varas da Justiça do Trabalho no mesmo dia e com diferença de, apenas, 25 minutos*

Em mais uma ação em defesa das prerrogativas da classe, a OAB Bahia conseguiu fazer com que o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), em decisão monocrática, concedesse liminar para remarcar uma das duas audiências agendadas para o mesmo dia e horários

próximos, em dois processos diferentes, mas com a mesma advogada. As audiências foram marcadas pelas 13ª e 22ª Varas da Justiça do Trabalho, com diferença de, apenas, 25 minutos, tendo uma única advogada para representar as diferentes partes.

A advogada chegou a pedir a remarcação ao TRT5, mas o pedido foi negado, fazendo com que ela entrasse com mandado de segurança e pedisse assistência à OAB-BA. Por meio da sua Procuradoria de Prerrogativas, a seccional passou a integrar o mandado de segurança como impetrante, pedindo a remarcação da audiência agendada por último. O pedido foi acatado por um desembargador do TRT5, que adotou o fundamento da OAB-BA em sua decisão.

Para o gerente da Procuradoria da OAB-BA, Edgard Freitas, o choque de audiências de um mesmo advogado em Varas diferentes e em horários próximos é uma hipótese notória de

justa causa para redesignação de audiência, especialmente quando se trata de único advogado constituído nos autos.

Ainda segundo ele, a recusa em remarcar a audiência para outro momento, além de não ser justificada, viola a prerrogativa do livre exercício da advocacia e prejudica, em última análise, o direito das partes e a própria celeridade do feito. “Nesses casos, a OAB-BA está sempre à disposição para aconselhar, orientar e atuar em favor dos advogados prejudicados e contribuir para o aperfeiçoamento do sistema judicial”, concluiu.

## OAB-BA e suas 37 subseções participaram da campanha “Volta às Aulas Solidária”



A OAB Bahia e todas as suas 37 subseções aderiram à terceira edição da campanha “Volta às Aulas Solidária”, promovida pela Rede Bahia, com o objetivo de arrecadar materiais escolares para crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches e escolas comunitárias. A seccional já havia participado da ação no ano passado. Este ano, a campanha foi até o dia 10 de fevereiro. Nas duas edições já realizadas, mais de 140 mil itens foram coletados, beneficiando mais 20 mil alunos da primeira infância em todo o estado.

Em Salvador, o ponto de coleta foi na sede da seccional, localizada na Rua Portão a Piedade. No interior, os pontos foram espalhados pelas 37 subseções.

Itens como lápis, borrachas, massas de modelar, papel ofício e tinta guache foram entregues para doação. Após a entrega, voluntários da Central Única das Favelas (Cufa) montaram os kits, que foram entregues aos alunos e instituições. A ação também teve o apoio de outras instituições, como o TRT5, Guarda Civil Municipal e Obras Sociais Irmã Dulce.



Em Salvador, o ponto de coleta foi na sede da seccional, localizada na Rua Portão da Piedade.

## OAB-BA e INSS assinam termo para implantar Guichê Virtual na Bahia



*Resultado do empenho da seccional nos últimos anos, iniciativa incrementa parceria que deu origem ao INSS Digital e garante à advocacia baiana atendimento remoto exclusivo pelo INSS*

A OAB Bahia e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) assinaram um protocolo de intenções para implantar o “Guichê Virtual” e garantir à advocacia baiana atendimento remoto exclusivo pelo INSS. Resultado do empenho da OAB-BA nos últimos anos, a novidade incrementa a parceria já existente entre as instituições, que, por meio do INSS Digital, vem permitindo à classe requerer benefícios previdenciários e encaminhar documentos de maneira on-line.

A assinatura do protocolo aconteceu no dia 13 de janeiro, na sede da seccional, e contou com as presenças da presidenta da OAB-BA, Daniela Borges; do vice Hermes Hilarião; da secretária-geral Cléia Costa e do secretário adjunto Raphael Pitombo, além do procurador-geral da OAB-BA, Raphael Matoos; e de Ana Izabel Jordão, que integrou a Comissão de Direito Previdenciário da OAB-BA no último triênio. Representando o INSS, estiveram presentes o superintendente do INSS no Nordeste, Caio Figueredo; e do gerente-executivo do INSS em Salvador, Ygor Sousa.

O Guichê Virtual estará disponível no mês de abril por meio de agendamento e priorizará aqueles serviços que não são ofertados por meio do Meu INSS, proporcionando resolutividade e diminuindo a necessidade de deslocamento até as Agências da Previdência Social (APS).

“Esse foi um importante passo que a OAB Bahia deu, em parceria com INSS, que trará muito mais condições para a advocacia que atua na área previdenciária exercer sua profissão. Espero que a gente possa colher rapidamente os frutos dessa

novidade e que possamos seguir com nossa interlocução com o INSS, reforçando aquilo que efetivamente significa uma boa previdência social na Bahia”, destacou Daniela Borges.

Ana Izabel Jordão disse que a novidade atende a um pleito antigo da OAB-BA, que sempre lutou para que a advocacia não precisasse se deslocar para ter atendimento, sobretudo a que vive no interior “Esse é um ponto relevante, que conquistamos com nossa intervenção direta junto ao INSS”, completou.

Para Eddie Parish, que presidiu a Comissão de Direito Previdenciário da OAB-BA no último triênio, o Guichê vai potencializar a advocacia previdenciária, permitindo que todos os advogados que atuam na área administrativa do INSS possam advogar de onde trabalham ou residem, sem precisar se deslocar. “Isso é uma evolução sem precedentes. É a experiência do Poder Judiciário trazida para a parte administrativa do INSS”, destacou.

O superintendente do INSS no Nordeste, Caio Figueredo, lembrou que toda a advocacia do estado, incluindo a que mora no interior e tem dificuldade de se deslocar para Salvador, poderá fazer seu agendamento e ser atendida do local onde mora e trabalha.

Com opinião semelhante, o gerente-executivo do INSS em Salvador, Ygor Sousa, disse que a novidade trará muita facilidade para o advogado e a execução da sua prática de trabalho, uma vez que será possível fazer todos os requerimentos e solicitações do seu local de trabalho, trazendo melhor atendimento e mais facilidade de interação entre a advocacia e o INSS.

## OAB-BA e TJBA desenvolvem campanha conjunta sobre protocolo de precatórios



Com o prazo final para protocolamento de precatórios se encerrando no dia 2 de abril, muitos escritórios de advocacia se mobilizaram para protocolar rapidamente os precatórios que serão incluídos no exercício 2026, gerando uma série de problemas relativos à identificação dos documentos por parte do TJBA. Para alertar sobre as principais falhas e evitar o cancelamento das requisições, a OAB-BA e o Núcleo de Precatórios do TJBA desenvolveram uma campanha em parceria.

Com a participação de Ilana Campos, que presidiu a Comissão de Precatórios da OAB-BA no último triênio, e do juiz assessor do Núcleo de Precatórios do TJBA, Sadraque Oliveira, uma reunião foi realizada no dia 14 de janeiro para discutir as estratégias da campanha.

Além da elaboração de cards com situações concretas de vícios na formação do precatório, as instituições divulgaram um passo a passo com a lista de documentos necessários para o protocolamento, indicando a ordem correta que eles devem ser anexados e a identificação de cada peça processual.

**“Nossa ideia, portanto, é dar mais agilidade ao processo, diminuindo o gargalo do Tribunal com a identificação dos documentos e facilitando o trabalho dos colegas advogados”**

**Ilana Campos**  
Presidenta da Comissão de Precatórios da OAB Bahia

“Tradicionalmente, o início do ano é sempre mais complicado, tendo em vista o prazo final de 2 de abril para protocolo dos precatórios que serão incluídos nas propostas orçamentárias das Fazendas Públicas do exercício seguinte, conforme determina a Constituição Federal. Nossa ideia, portanto, é dar mais agilidade ao processo, diminuindo o gargalo do Tribunal com a identificação dos documentos e facilitando o trabalho dos colegas advogados”, explicou Ilana.

Ainda segundo ela, a integração entre OAB-BA e TJBA também será essencial para facilitar a vida da própria cidadania, uma vez que, credores de precatórios, o cidadão e a cidadã são os maiores beneficiários.

**Atenção, advogado(a): veja aqui quais documentos e a ordem certa a ser seguida na hora de protocolar o precatório:**

- 1 • Ofício precatório
- 2 • Petição Inicial do processo originário
- 3 • Sentença/decisão da ação originária
- 4 • Acórdão do Tribunal de Justiça
- 5 • Acórdão(s) de outro(s) tribunal(ais) superior(es) (se houver) e respectiva certidão de trânsito em julgado
- 6 • Petição dos embargos/impugnação do devedor ou petição de concordância pelo devedor ou certidão de decurso de prazo em branco para embargar/impugnar
- 7 • Decisão que julga os embargos/impugnação ou decisão/sentença de homologação dos cálculos e respectiva certidão de trânsito em julgado da execução (sem recurso)

- 8 • Acórdão/decisão que decidiu o recurso, em sede de execução do julgado (se houver) e respectiva certidão de trânsito
- 9 • Documento oficial da parte credora com CPF ou CNPJ ou Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), conforme o caso
- 10 • Procurações, inclusive com poderes expressos para receber e dar quitação no caso de pedido de pagamento a procurador, e substabelecimento(s)
- 11 • Planilha de cálculo analítica (especificando principal, correção e juros, com os índices utilizados, e data do cálculo), homologada pelo juízo de execução, a qual deve coincidir com o valor do ofício requisitório
- 12 • Comprovação da intimação das partes sobre o inteiro teor do ofício requisitório e formulário assinados, antes da apresentação ao Tribunal
- 13 • Mandado de citação do processo de conhecimento



OAB Bahia reuniu a advocacia baiana no seu tradicional cortejo da Lavagem do Bonfim.

## Cortejo da OAB Bahia uniu fé e conscientização na Lavagem do Bonfim



*Inovação na advocacia, celeridade no judiciário e combate à criminalização da classe foram algumas das bandeiras levantadas pela seccional no ato*

A OAB Bahia reuniu a advocacia baiana no seu tradicional cortejo da Lavagem do Bonfim, realizado no dia 16 de janeiro. Emoção e devoção não faltaram à classe, que se concentrou na frente do 2º Distrito Naval e seguiu até a Colina Sagrada.

Por onde passaram, os advogados e advogadas não só levaram demonstrações de fé, mas levantaram importantes bandeiras, como o combate à criminalização da advocacia; a defesa do estado democrático de direito; inovação na advocacia; celeridade no judiciário; valorização da classe; e inclusão e respeito.

A presidenta da OAB da Bahia, Daniela Borges, destacou a importância da participação da seccional no evento. “Estamos, aqui, mais uma vez,



Daniela Borges e Hermes Hilarião levaram os pleitos da advocacia baiana à Colina Sagrada.

participando dessa manifestação cultural tão importante para a Bahia. Essa é a forma de a OAB-BA se fazer presente e de anunciar as melhores expectativas possíveis para 2025, pois os desafios sempre vão existir, mas temos coragem e um sistema OAB pronto para enfrentar cada desafio que surgir”, ressaltou.

O vice-presidente da seccional, Hermes Hilarião, destacou que a OAB-BA aproveitou o ato de fé e de preservação da cultura da Bahia para trazer seus valores. “Estamos, hoje, defendendo um sistema de justiça melhor, defendendo nossas prerrogativas e demonstrando que a seccional caminha não só ao lado da advocacia, mas da justiça e da sociedade baiana”, complementou.

Segundo a secretária-geral Cléia Costa, a OAB-BA está imbuída na caminhada do Bonfim para fortalecer o estado democrático de direito e contra a criminalização da advocacia.

O secretário adjunto Raphael Pitombo destacou a participação da seccional no ato. “Mais um ano, a advocacia está totalmente presente aqui, no cortejo da OAB, na Lavagem do Senhor do Bonfim. Quem tem fé vai a pé e vamos juntos até a Colina Sagrada!”, conclamou.

Representando a Caixa dos Advogados (CAAB), o presidente da instituição, Maurício Leahy, destacou a importância da parceria entre a OAB-BA e a CAAB na Lavagem. “Mais uma vez, a OAB e a Caixa de Assistência estão juntas aqui, participando desse importante cortejo cívico na cidade de Salvador. E, hoje, vamos na direção da Colina Sagrada para agradecer e, mais que isso, pedir as bênçãos ao Senhor do Bonfim para essa próxima gestão”, ressaltou.

O cortejo contou, ainda, com as presenças de representantes das seccionais de outros estados, conselheiros federais e de outras entidades, que se juntaram aos colegas para compartilhar as bênçãos do Senhor do Bonfim.

## OAB-BA empossou nova diretoria da ESA-BA para triênio 2025-2027

*Escola de Advocacia tem à frente a advogada Sarah Barros*

A presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, empossou a nova diretoria da Escola de Advocacia (ESA-BA) para o triênio 2025-2027. A posse aconteceu no dia 23 de janeiro, na sede da seccional, e contou com a presença do vice-presidente da OAB-BA, Hermes Hilarião.

Foram empossados a diretora-geral da ESA-BA, Sarah Barros Galvão; a vice-diretora Lilian Oliveira de Azevedo Almeida; o secretário-geral Jonata Wiliam Sousa da Silva; o diretor Acadêmico Luciano Lima Figueiredo; e o diretor de Relações com o Interior Ubirajara Gondim de Brito Ávila.

Em nome da nova diretoria, Sarah Barros disse que o grupo assume a missão com muita responsabilidade e entusiasmo, ciente do papel essencial da ESA-BA na formação e valorização da advocacia baiana.

“Nosso compromisso é ampliar o alcance da Escola, levando capacitação de excelência para cada canto do estado e desenvolvendo projetos inovadores e conectados às demandas da advocacia contemporânea. A ESA estará sempre de portas abertas para ouvir, acolher e construir junto com toda a advocacia; uma gestão inovadora, inclusiva e transformadora”, destacou Sarah.

Em nome da diretoria da seccional, a presidenta Daniela Borges disse que a palavra da nova gestão é “disruptura” e que tem certeza que, honrando a história dos que a antecederam, a diretoria da ESA-BA vai avançar ainda mais e trazer muitas novidades. “Sei que todos estão com o maior gás para fazer muitas entregas nesse triênio”, concluiu.

## OAB-BA lançou Programa de Regularização Financeira exclusivo para advocacia idosa

*Advogados e advogadas com 60 anos ou mais puderam quitar suas dívidas com isenção de 100%*

A OAB Bahia lançou seu Programa de Regularização Financeira direcionado a advogados e advogadas com 60 anos ou mais. A iniciativa buscou facilitar o pagamento das anuidades e débitos pendentes, com a isenção total de juros e multas.

Advogados idosos puderam quitar suas dívidas com redução de 100% de multas e juros e de forma parcelada, com condições especiais de, até, 12 vezes, tanto por boleto quanto por cartão de crédito.

O programa foi válido para débitos de anuidades até 31 de dezembro de 2024, e a adesão tinha que ser formalizada até 10 de fevereiro de 2025, com assinatura de termo de adesão e pagamento da primeira parcela.

**“Nosso compromisso é ampliar o alcance da Escola, levando capacitação de excelência para cada canto do estado e desenvolvendo projetos inovadores e conectados às demandas da advocacia contemporânea”**

**Sarah Barros**, diretora-geral da ESA-BA

## Fique em Dia: OAB-BA lançou programa que reduz até 100% das multas e juros de anuidades inadimplidas

A OAB Bahia lançou, no dia 27 de janeiro, a edição 2025 do programa Fique em Dia, destinado a promover a regularização financeira da advocacia baiana. A iniciativa buscou facilitar o pagamento das anuidades e débitos de advogados e advogadas que estejam em atraso até 31 de dezembro de 2024.

De acordo com a Resolução nº 001/2025 – CP, publicada no Diário Eletrônico da OAB, o programa ofereceu diversas opções de parcelamento com

condições especiais de pagamento. Os débitos puderam ser quitados à vista, com redução de 100% das multas e juros, ou parcelados em até 18 vezes, com descontos progressivos conforme o número de parcelas escolhidas. Além disso, foi possível realizar o pagamento inicial via cartão de crédito. A adesão ao programa deveria ser feita até o dia 10 de fevereiro de 2025, com a assinatura do Termo de Adesão e o pagamento da primeira parcela no ato.

## Após atuação da OAB, CNJ suspende prazo de implementação de resolução que prevê sustentações por vídeo

*Assinada pela OAB Nacional, OAB-BA e todas 26 seccionais da Ordem, petição foi enviada ao ministro Luís Barroso para garantir à classe direito à sustentação oral*

Após atuação da OAB Nacional, em conjunto com a OAB Bahia e as outras seccionais da Ordem, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu os prazos de implementação da Resolução 591/2024 para diversos órgãos do Judiciário. A decisão foi tomada na noite de 29 de janeiro pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso.

A norma, que entraria em vigor no dia 3 de fevereiro, definia como regra em todos os tribunais a apresentação das sustentações em vídeo gravado, de modo assíncrono, contrariando

a prerrogativa da advocacia de optar pela apresentação presencial, nas sessões de julgamento. Representando a OAB Bahia, a presidenta Daniela Borges defendeu que a sustentação oral é um direito fundamental da advocacia e que sua negativa viola frontalmente o Código de Processo Civil e a Constituição Federal. “Por isso essa vitória é extremamente importante não só para assegurar as prerrogativas da nossa classe, mas para garantir ao cidadão o direito fundamental de acesso à Justiça”, reforçou.

O presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, afirmou que a decisão reafirma a luta legítima da Ordem pelo direito constitucional da advocacia de atuar de forma plena e independente na defesa da sociedade e disse que a OAB seguirá analisando todos os pontos da decisão para assegurar que os tribunais não restrinjam a sincronização da sustentação oral e que não haja a compulsoriedade da aplicação da norma onde sua implementação não for viável.

Além de Beto, pela OAB Nacional, e Daniela, pela OAB-BA, todos os presidentes de seccional da Ordem assinaram a petição enviada ao ministro Barroso. Na Bahia, além da petição, a seccional

tem atuado em diversas frentes para garantir o direito à sustentação de forma presencial.

Em 2023, a OAB-BA foi ao CNJ, junto com Beto Simonetti, para se opor à Resolução da Mordada (Resolução nº 2/21 do TJBA) e defender o direito à sustentação oral. A seccional baiana também conseguiu obter da Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno do TJBA um parecer favorável para garantir à classe a realização de sustentação oral em recursos contra decisões monocráticas nos processos comuns do Tribunal, além de ter realizado uma série de atos contra a referida resolução.

#### Confira todos os pontos da decisão do ministro Barroso:

##### • Prorrogação de prazos para Tribunais:

Deferida a prorrogação do prazo para adaptação dos sistemas de julgamento eletrônico, com períodos variados de até 180 dias. Para tribunais estaduais que utilizam o Processo Judicial Eletrônico (PJe), a prorrogação foi concedida até 30/6.

##### • Suspensão da vigência da Resolução:

O CNJ considerou que a norma não torna obrigatórios os julgamentos eletrônicos, mas apenas estabelece regras mínimas. O Conselho enfatizou que a suspensão da norma criaria insegurança jurídica e atrasaria adaptações já em andamento.

##### • Regras para pedidos de destaque:

O CNJ esclareceu que os tribunais podem ampliar as hipóteses de destaque nos julgamentos eletrônicos, permitindo, por exemplo, o destaque automático a pedido das partes. A Resolução não deve ser interpretada como restritiva nesse aspecto.

##### • Julgamentos Eletrônicos em Matéria Penal e de Fato:

O CNJ não vedou julgamentos eletrônicos para ações criminais ou envolvendo matéria de fato, destacando que Tribunais Superiores já adotam esse modelo. Tribunais podem definir em seus regimentos quais processos devem ser julgados presencialmente.

##### • Sustentações Oraís Gravadas:

O CNJ reafirmou que advogados podem enviar sustentações orais gravadas para julgamentos assíncronos, mas cada tribunal pode definir regras específicas sobre isso.

\*Com informações do CFOAB

## Após atuação da OAB-BA, TRF1 retoma atividades presenciais no Fórum Teixeira de Freitas



Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia também atuaram na retomada das atividades

Atendendo a um pedido da OAB-BA, o TRF1 autorizou a retomada do atendimento presencial externo e do regime de trabalho presencial no Fórum Teixeira de Freitas, localizado em Sussuarana. A decisão foi assinada pela direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia e passou a valer a partir do dia 4 de fevereiro. O trabalho remoto havia sido adotado no dia 31 de janeiro, em função da intensificação dos tiroteios no bairro.

Ainda no dia 31 de janeiro, após tomar conhecimento da decisão, a OAB Bahia enviou um ofício ao Tribunal Regional, solicitando, com urgência, que reconsiderasse a adoção do teletrabalho. No documento, a seccional destacou que o Fórum Criminal, localizado em frente ao Fórum Teixeira de Freitas, não suspendeu as atividades presenciais e ressaltou que o funcionamento presencial é parte integral do acesso à Justiça.

O pedido também foi endossado pelas Secretarias de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA), que garantiram à direção do Foro a adoção de todas as medidas necessárias à garantia e manutenção da segurança e ordem pública na região.

A presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, comemorou a conquista. "Sem dúvida, essa foi uma grande vitória não só para advocacia, mas para o cidadão baiano, que precisa ter garantido seu acesso à Justiça. É evidente que a seccional se preocupa com a segurança de servidores, magistrados e de toda a população baiana, mas a efetiva prestação jurisdicional no estado não pode ser prejudicada jamais", concluiu.



O trabalho remoto havia sido adotado Fórum no dia 31 de janeiro, devido a tiroteios no bairro.

## Prefeitura de Capim Grosso acolhe pedido da OAB Jacobina para preservar atividades privativas da advocacia



*Município adotará providências para adequar legislação municipal e incluir critérios para atividades de consultoria, assessoria e direção jurídica*

A Prefeitura de Capim Grosso acolheu pedido feito pela OAB Jacobina e adotará providências para adequar a legislação municipal e incluir os critérios previstos no Estatuto da Advocacia voltados à contratação das atividades de consultoria, assessoria e direção jurídica. Capim Grosso é uma das cidades abrangidas pela subseção de Jacobina.

No ofício, o secretário de Administração Geral do Município, Ed Carlos Neto de Oliveira, reconheceu que a exigência de, apenas, o Ensino Médio para o desempenho dessas atividades contraria o disposto no artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), que determina que tais atividades são privativas de advogados devidamente registrados na OAB.

Ainda segundo o secretário, para sanar o equívoco identificado pela subseção e adequar a legislação municipal, o Município de Capim Grosso

encaminhará à Câmara Municipal um projeto de lei, alterando os dispositivos pertinentes da Lei Municipal nº 593/2025. As alterações incluirão os seguintes requisitos para provimento dos cargos: formação superior em Direito; registro ativo na OAB; e experiência comprovada em Administração Pública.

Autor do pedido, o presidente da OAB Jacobina, Alisson Fontes, disse que a medida garantirá que apenas profissionais qualificados e devidamente habilitados exerçam atividades jurídicas no âmbito da gestão municipal, resultando em uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade para a população. “Continuaremos vigilantes para que a advocacia seja sempre respeitada e tenha cada vez mais oportunidades de contribuir para o desenvolvimento da nossa região”, concluiu.

**“Continuaremos vigilantes para que a advocacia seja sempre respeitada e tenha cada vez mais oportunidades de contribuir para o desenvolvimento da nossa região”**

**Alisson Fontes**  
Presidente da OAB Jacobina



Encontro serviu para estreitar o relacionamento entre as instituições, com apresentação da nova diretoria da OAB-BA para o triênio 2025-2027, e discutir temas de interesse da advocacia

## Diretoria da OAB-BA visitou presidenta do TJBA



*Encontro serviu para estreitar relacionamento entre instituições e discutir temas de interesse da advocacia*

A diretoria da OAB Bahia visitou a presidenta do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), desembargadora Cynthia Rezende, na tarde de 6 de fevereiro. O encontro serviu para estreitar o relacionamento entre as instituições, com apresentação da nova diretoria da seccional para o triênio 2025-2027, e discutir temas de interesse da advocacia

Representando a OAB-BA, estiveram presentes a presidenta Daniela Borges, a secretária-geral Cléia Costa e o secretário adjunto Raphael Pitombo.

“Foi um encontro bastante produtivo. É sempre bom poder levar as demandas da classe para

a presidência do Tribunal, discutindo formas de melhorar o dia a dia da advocacia no estado. Estamos na expectativa de termos boas notícias em breve!”, concluiu Daniela.

**“É sempre bom poder levar as demandas da classe para a presidência do Tribunal”**

**Daniela Borges**  
Presidenta da OAB Bahia

## Após pedido da OAB Jacobina, auditor fiscal de Piritiba recomenda isenção de TLL e TFF para escritórios de advocacia

*Pedido contou com apoio da Comissão de Direito Tributário da OAB-BA*

Atendendo a um pedido da OAB Jacobina, com o apoio da Comissão de Direito Tributário da OAB-BA, o auditor fiscal de Piritiba, Sílvio Silva Júnior, recomendou que a Prefeitura do Município reconheça a isenção da Taxa de Licença de Localização (TLL) e da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) para escritórios de advocacia sediados no município.

O auditor levou em conta um ofício enviado pelo presidente da subseção, Alisson Fontes, considerando a omissão da legislação municipal e a clara previsão em normas federais. Piritiba é uma das cidades abrangidas pela subseção de Jacobina.

“A isenção da TLL e TFF para escritórios de advocacia em Piritiba é uma grande vitória. A OAB Jacobina, com o apoio da OAB-BA, trabalha para que a advocacia possa constituir formalmente seus escritórios, com a finalidade de que ofereça mais serviços de qualidade à população”, disse Alisson.

Ainda no parecer, Sílvio Júnior destacou que a decisão está em consonância com os princípios da Lei da Liberdade Econômica e com os fundamentos apresentados pela OAB. “A isenção sustenta-se na omissão do Código Tributário Municipal sobre a matéria e na aplicação subsidiária de normas federais, que dispõem sobre atividades de baixo risco, onde, mesmo diante da isenção, ficam obrigados os advogados a realizarem o cadastro fiscal do município”, explicou.

Como proposta de providência, Sílvio recomendou que seja feita uma publicação de ato normativo ou parecer interno, regulamentando a aplicação das normas federais em casos semelhantes,

buscando garantir a segurança jurídica e uniformidade de tratamento.

“Agradecemos ao auditor fiscal Sílvio Romero Júnior e à equipe jurídica do município por terem acolhido o pedido da OAB e ao gerente da Procuradoria da seccional, Edgard Freitas, pela participação nas demandas da subseção. Essa conquista valoriza a advocacia e contribui para o desenvolvimento da região”, concluiu Alisson.



A isenção da TLL e TFF para escritórios de advocacia em Piritiba é uma grande vitória, diz Alisson Fontes, presidente da Subseção Jacobina.

## Cine ESA retornou com sessão gratuita de “Ainda Estou Aqui”

Sucesso absoluto entre a advocacia, o Cine ESA está de volta. O projeto foi criado pela Escola Superior de Advocacia (ESA-BA) há mais de 10 anos com a proposta de levar cultura e arte à advocacia em um momento de descontração e reflexão.

Para marcar sua retomada, foi exibido o filme nacional de maior sucesso do momento: “Ainda Estou Aqui”. Com entrada gratuita, a sessão aconteceu no dia 17 de fevereiro, às 19h, no Cine Paseo, no Shopping Paseo.

Com um Globo de Ouro e três indicações ao Oscar, “Ainda Estou Aqui” traz muitas reflexões sobre o regime político no Brasil, as políticas de memória, verdade, reparação e justiça e sobre a essencialidade do fortalecimento democrático.

“Estamos muito ansiosos pela retomada desse projeto, que sempre teve uma repercussão

bastante positiva na advocacia. Tenho certeza que teremos ótimos momentos de reflexão e muitas trocas, mas também de descontração e bate-papo. Esperamos que nossos colegas e nossas colegas venham, participem e se divirtam bastante”, disse a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

A diretora-geral da ESA-BA, Sarah Barros, falou sobre sua expectativa com a volta do projeto. “Retomamos o Cine ESA da melhor forma possível, trazendo o filme do momento para promover uma discussão essencial sobre autoritarismo, Ditadura Militar e o papel da advocacia na construção e defesa do Estado Democrático de Direito. Foi um momento de troca, aprendizado e reflexão sobre temas que ainda ressoam em nossa sociedade”.

Com entrada gratuita, sessão aconteceu no dia 17 de fevereiro, no Cine Paseo, no Shopping Paseo Itaigara.



Imagem: Angelino de Jesus

## OAB pede e Barroso recomenda que tribunais mantenham sustentação oral presencial



*Representando seccional baiana, Daniela Borges defendeu a manutenção das apresentações presenciais como um direito essencial para advocacia e para justiça*

A presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, participou, ao lado do presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, e dos presidentes de seccionais da OAB, de uma reunião com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso. Realizado no dia 11 de fevereiro, em Brasília, o encontro contou com a presença do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, e teve como objetivo discutir a Resolução 591/2024, que estabelece regras para julgamentos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário.

A norma, que entraria em vigor no dia 3 de fevereiro, definia como regra em todos os tribunais a apresentação das sustentações em vídeo gravado, de modo assíncrono, contrariando a prerrogativa da advocacia de optar pela apresentação presencial nas sessões de julgamento. Entretanto, após a OAB protocolar petição e lançar um movimento nacional em defesa da sustentação oral, o CNJ, no mês passado, suspendeu temporariamente o prazo de implementação.

Os representantes da OAB aproveitaram o encontro com o presidente do CNJ para reafirmar seu posicionamento em prol da sustentação oral. Representando a Bahia, Daniela Borges defendeu a manutenção das apresentações presenciais como um direito essencial para a advocacia e para a justiça, garantindo o contraditório e a ampla defesa. “A sustentação oral não é um privilégio da advocacia, mas um pilar fundamental do devido processo legal”, disse.

Após ouvir os representantes da OAB, o ministro Barroso recomendou que os Tribunais de Justiça dos estados concedam aos advogados a prerrogativa de pedir destaque nos julgamentos virtuais. O pedido de destaque transfere a votação ao plenário físico.

“Gostaria de dizer, a pedido da OAB, mas com o meu acordo e a minha recomendação, que os estados que já permitiam que o simples pedido do advogado levasse à sustentação oral não voltem atrás desse modelo. A sustentação oral só deve ser feita por gravação onde a sustentação presencial crie uma tal disfuncionalidade para o tribunal, que isso seja imperativo”, disse Barroso.

“A resolução foi para melhorar a vida e não para piorar a vida dos advogados. A regra geral deve ser a sustentação síncrona com a presença do advogado”, disse o ministro.

**“A sustentação oral só deve ser feita por gravação onde a sustentação presencial crie uma tal disfuncionalidade para o tribunal, que isso seja imperativo”**

**Luís Roberto Barroso**  
Presidente do Supremo Tribunal Federal

## Atuação da OAB Bahia

A garantia da sustentação oral pela advocacia é um dos pleitos antigos da OAB-BA, que tem atuado em diferentes frentes. Além de integrar o movimento nacional em defesa da causa e de ter assinado a petição que suspendeu a Resolução 591/2024, a seccional baiana foi ao CNJ, em 2023, junto a Beto Simonetti, para se opor à Resolução da Mordaza (Resolução nº 2/21 do TJBA), que passou a permitir a negativa do direito de sustentação oral.

A seccional baiana também conseguiu obter da Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno do TJBA um parecer favorável para garantir à classe a realização de sustentação oral em recursos contra decisões monocráticas nos processos comuns do Tribunal, além de ter realizado uma série de atos contra a referida resolução.

*\*Com informações do CFOAB*

## STF reafirma direito de advogados a honorários em parcelamentos e acordos com o poder público



O Conselho Federal da OAB obteve importante vitória perante o Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 13 de fevereiro para assegurar os direitos dos advogados ao recebimento dos honorários advocatícios devidos.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5405, o CFOAB questionou dispositivos das Leis 11.775/2008, 11.941/2009, 12.249/2010, 12.844/2013 e 13.043/2014, que previam a dispensa do pagamento de honorários advocatícios em casos de celebração de acordos e adesão a parcelamentos realizados por particulares junto ao poder público.

Para a entidade, tanto os honorários contratuais quanto os de sucumbência possuem natureza remuneratória e, portanto, alimentar. Dessa forma,

a dispensa de pagamento desses valores pelo legislador seria incompatível com a dignidade da profissão, violando o princípio da dignidade humana e a indispensabilidade do advogado para a administração da Justiça.

“O julgamento é uma conquista muito significativa para os advogados, uma vez que reafirma o direito à justa remuneração em decorrência do exercício da profissão e o caráter essencial da advocacia para a administração da Justiça”, afirmou o presidente nacional da OAB, Beto Simonetti.

O STF acolheu o pedido da OAB e declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados. No voto do ministro Dias Toffoli, relator do processo, reafirmou-se a jurisprudência pacífica da Corte de que “os honorários de sucumbência

são titularizados pelos advogados, públicos ou privados, e possuem especial proteção, pois remuneram esses profissionais pelos serviços prestados, decorrendo disso o caráter remuneratório e alimentar dessa verba, com os privilégios disso decorrentes”.

Desse modo, os ministros consideraram que as normas impugnadas invadiram a esfera da propriedade dos advogados, bem como ofenderam as garantias constitucionais do trabalho e da respectiva remuneração, justificando a declaração de inconstitucionalidade.

O membro honorário vitalício da OAB Nacional e presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, celebrou a decisão do STF. “Trata-se de uma vitória histórica para a advocacia, pois assegura o respeito ao contrato firmado entre advogado e cliente

e preserva a essência da remuneração profissional. O reconhecimento do caráter alimentar dos honorários reforça o papel essencial do advogado na defesa dos direitos e garantias fundamentais.”

**“Trata-se de uma vitória histórica para a advocacia, pois assegura o respeito ao contrato firmado entre advogado e cliente”**

**Marcus Vinicius Furtado Coêlho**  
Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais

## Daniela Borges é nomeada coordenadora do Colégio de Presidentes da OAB Nacional

Coordenação será compartilhada com o presidente da OAB Goiás, Rafael Lara

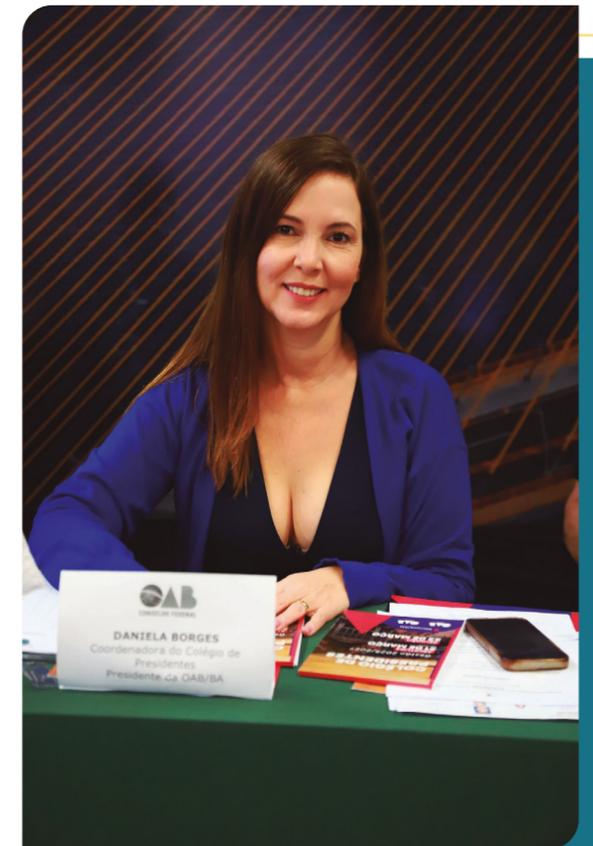
A presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, foi nomeada coordenadora do Colégio de Presidentes da OAB Nacional, por meio da Portaria 017/2025, assinada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, no dia 17 de fevereiro e publicada no Diário Eletrônico da OAB no dia seguinte. Na mesma portaria, foi nomeado para o mesmo cargo o presidente da OAB Goiás, Rafael Lara.

Diferentemente de anos anteriores, quando o Colégio de Presidentes tinha um coordenador e um coordenador-adjunto, desta vez há uma coordenação compartilhada entre a presidenta Daniela Borges e o presidente Rafael Lara, válida até o dia 31 de janeiro de 2026.

“Fiquei muito feliz e honrada com a confiança do presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, que me convidou para esta nova missão. Ao lado do nosso querido Rafael Lara, espero poder contribuir com os trabalhos do nosso Colégio de Presidentes de Seccionais, órgão tão importante do nosso sistema OAB. Nossos colegas presidentes de seccionais podem ter a certeza que aceitamos essa missão para que possamos juntos encontrar, nos desafios, oportunidades para avançar nas pautas de fortalecimento da advocacia, somando e multiplicando forças. Contem conosco”, declarou a presidenta Daniela.

O presidente Rafael Lara destacou a importância do Colégio de Presidentes na construção do diálogo que busque soluções para a advocacia. “Recebo essa nomeação com grande responsabilidade e compromisso, ao lado da presidenta Daniela Borges, para coordenarmos o Colégio de

Presidentes de Seccionais. Esse espaço é fundamental para alinhar estratégias, fortalecer a atuação institucional da OAB em todo o país e garantir que as demandas da advocacia, em cada estado, sejam ouvidas e atendidas. Agradeço ao presidente Beto Simonetti e toda diretoria pela confiança e reafirmo meu empenho em trabalhar pelo fortalecimento e união da advocacia brasileira”, avaliou.



“Aceitamos essa missão para que possamos juntos encontrar, nos desafios, oportunidades para avançar nas pautas de fortalecimento da advocacia”, revelou Daniela Borges, presidenta da OAB Bahia.

## OAB se posiciona contra projeto que permite a cobrança de dívidas por cartórios

O Conselho Federal da OAB emitiu nota pública manifestando sua preocupação e oposição ao PL 6204/2019, que autoriza cartórios a realizarem a cobrança de dívidas. A proposta, em tramitação no Senado Federal, representa um risco à garantia do contraditório e da ampla defesa, direitos fundamentais assegurados pela Constituição.

“A advocacia desempenha papel essencial na defesa dos direitos dos cidadãos e das empresas, garantindo que a cobrança de débitos ocorra dentro do devido processo legal, com

a possibilidade de contestação e mediação adequada. Transferir essa atribuição aos cartórios, sem a devida participação da advocacia, pode resultar em prejuízos aos devedores, aumentando o risco de práticas abusivas e comprometendo a isonomia na resolução de conflitos”, diz a nota.

**“A advocacia desempenha papel essencial na defesa dos direitos dos cidadãos e das empresas”**

## OAB comemora aprovação de projeto que dispensa advogado de adiantar custas na execução de honorários



A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 18 de fevereiro, o Projeto de Lei (PL) 4538/2021, que isenta os advogados de adiantar o pagamento de custas processuais em ações de cobrança ou execução relativas a honorários advocatícios. A matéria segue, então, para sanção presidencial. A proposta é fruto da atuação da OAB junto ao Congresso Nacional.

O PL — de autoria da deputada federal Renata Abreu (Pode-SP) — foi aprovado, de forma simbólica, com um substitutivo do Senado Federal. Na versão inicialmente aprovada pelos deputados em 2018 (PL 8954/2017), o advogado seria isento de pagar as custas processuais nesse tipo de causa. De acordo com o texto que irá à sanção, além de o advogado ser isento de adiantar as custas, caberá ao réu ou executado arcar com o pagamento ao final do processo se tiver dado causa ao processo. A intenção é evitar ônus adicional ao advogado que tem de entrar na Justiça para receber honorários devidos pelo seu representado.

“Aprovado pelo Congresso, vai à sanção a gratuidade de custas em execução de honorários. O advogado, que já enfrenta desafios ao buscar o pagamento de honorários devidos, não pode ser penalizado com o adiantamento de custas processuais para exercer seu direito de cobrança. A medida corrige uma distorção que onerava injustamente o profissional, garantindo maior equilíbrio e justiça na relação entre advogados e clientes”, explicou o presidente nacional da OAB, Beto Simonetti.

De acordo com ele, a OAB sempre defendeu essa pauta, pois entende que a remuneração digna da advocacia é essencial para o pleno exercício da profissão e, conseqüentemente, para a defesa dos direitos dos cidadãos. “Estamos confiantes de que essa mudança contribuirá para fortalecer o acesso à Justiça e o reconhecimento do trabalho dos advogados”, frisou.

**“O advogado, que já enfrenta desafios ao buscar o pagamento de honorários devidos, não pode ser penalizado com o adiantamento de custas processuais para exercer seu direito de cobrança”**

**Beto Simonetti**

Presidente nacional da OAB

## OAB Bahia reúne advocacia em ato inter-religioso na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Ato serviu como um momento de agradecimento e reflexão e foi marcado pela fé e emoção.



**Marcado pela fé e emoção, ato deu início aos eventos em comemoração à posse do novo Conselho Seccional da OAB-BA**

Um dos principais ícones religiosos de Salvador, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, foi o cenário de um ato inter-religioso celebrado pela OAB Bahia na tarde de 19 de fevereiro. Aberto ao público, o evento marcou o início das comemorações da posse do novo Conselho Seccional.

Com a presença de diretores e conselheiros da OAB-BA, o ato serviu como um momento de agradecimento e reflexão e foi marcado pela emoção e fé dos advogados e advogadas que estiveram presentes.

“Estamos iniciando, hoje, os eventos da nossa posse do triênio 2025-2027 e não poderíamos começar de uma forma melhor, que não fosse com esse belíssimo ato inter-religioso no Pelourinho, pedindo as bênçãos para esse triênio e para essa gestão, para que a gente possa, nos próximos três anos, fortalecer e valorizar ainda mais a advocacia baiana”, disse a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

O vice-presidente da seccional, Hermes Hilarião, destacou que o ato marca o início da posse solene e dos trabalhos que serão desenvolvidos ao longo

do triênio. “Neste sentido, pedimos bênção para que a gente possa realizar um excelente trabalho em defesa da advocacia e em defesa da sociedade, cuidando, acima de tudo, de cada advogado e advogada em todo estado da Bahia”, conclamou.

A secretária-geral Cléia Costa disse que o ato foi construído por muitas mãos. “Ele foi idealizado desde o momento em que se implantou a Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-BA, como uma forma de dizer para a sociedade que interessa respeitar as escolhas religiosas e combater a intolerância que agride interesses pessoais”, pontuou.

O secretário adjunto Raphael Pitombo aproveitou o momento para pedir proteção e espiritualidade para a classe. “Que a gente possa fazer um triênio de grande sucesso para toda advocacia baiana”, completou.

Representando a Caixa dos Advogados (CAAB), o presidente Maurício Leahy também pediu bênçãos e desejou um triênio de sucesso e muito êxito.

O ato contou, ainda, com as participações de sacerdotes e sacerdotisas de várias religiões, que abençoaram a advocacia. São eles Ítalo Lago dos Santos Santiago, babalorixá do Ilê Obá; Luiz Carlos Penteadinho Júnior; missionário da Igreja Adventista do 7º Dia; Márcia Maria Ferreira Lima, iyá Márcia d’Ògún; Jaciara dos Santos Ribeiro, ialorixá do Axé Abassá de Ogum; Sônia Gomes Mota, pastora da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

**“Pedimos bênção para que a gente possa realizar um excelente trabalho em defesa da advocacia e em defesa da sociedade”**

**Hermes Hilarião**  
Vice-presidente da seccional

Também participaram Equede Sinha Azevedo, Equede de Oxóssi do Terreiro da Casa Branca; Tatá Ricardo Tavares, sacerdote do Terreiro de Lembá; Sheikh Ahmad, líder da comunidade islâmica da Bahia; Maria Lúcia Santana Neves, mameto Kya Nkise do Terreiro São Jorge Filho da Goméia; Padre Lázaro Muniz, capelão da Irmandade Rosário dos Pretos; Padre Mossi Kuami Anoumou, assistente eclesiástico da Pastoral Afro Combonianos; José Raimundo Troccoli, Pai Raimundo de Xangô; e Gicélia Cruz, pastora.

Localizada no Largo do Pelourinho, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos se destaca por sua arquitetura imponente e pelo rico patrimônio histórico, que preserva a memória da resistência e da fé afro-brasileira. A igreja é um marco da confluência de crenças, com tradição católica permeada por elementos da religiosidade africana, refletindo a fusão das culturas que deram origem ao povo baiano.



Antonio Adonias e Gustavo Teles ouviram os questionamentos e pleitos da advocacia

## Colégio de Presidentes da OAB-BA recebe desembargador do TJBA e assessor especial da Presidência do Tribunal

*Antonio Adonias e Gustavo Teles ouviram os questionamentos e pleitos da advocacia no primeiro encontro de presidentes de subseção de 2025*

A nova diretoria da OAB-BA e os 37 presidentes de subseção eleitos para o triênio 2025-2027 se reuniram com o desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Antonio Adonias e com o assessor Especial da Presidência I do TJBA, Gustavo Teles. O encontro aconteceu no dia 20 de fevereiro, durante o primeiro Colégio de Presidentes da OAB-BA de 2025, no Novotel

Salvador, no Rio Vermelho, e teve como objetivo discutir soluções para os desafios enfrentados pela advocacia na Bahia.

Ao longo do encontro, os presidentes de subseção da OAB-BA fizeram questionamentos e diversos pleitos aos representantes do TJBA, como a necessidade da nomeação de mais juízes e servidores, levantada pela presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

Segundo ela, a maior parte dos problemas vividos pela advocacia no interior está relacionada à falta de pessoal. “Por isso que, desde a última gestão, nosso primeiro pleito é sempre por mais juízes e servidores. Enquanto não tivermos um juiz por comarca, teremos cobertor curto. Isso sem falar que esse déficit também prejudica o trabalho dos juízes titulares, uma vez que eles não exercem sua titularidade com eficácia, porque estão substituindo os colegas”, reclamou.

Em consonância com Daniela, o presidente da OAB Camaçari, Eduardo Requião, falou sobre as dificuldades vividas pela advocacia da Região Metropolitana de Salvador, destacando a quantidade de ações ajuizadas nas Varas Cíveis da sua comarca, que é de seis mil processos cada, e pediu a criação da 3ª Vara Cível de Camaçari e a nomeação de juízes auxiliares nos municípios de Dias d’Ávila e Mata de São João.

Para a presidenta da OAB Jequié, Carla Bomfim, é “caótica” a situação da comarca. “Não temos nenhum titular na Vara Cível, na Vara Crime e na de Execução, e o juiz substituto da Vara Crime não disponibiliza nenhum horário para atendimento. Suplico ao TJBA a nomeação de juiz titular e a imediata nomeação de juízes auxiliares”, pediu.

A presidenta da OAB Porto Seguro, Fernanda Salvatore, disse que, ainda que o trabalho esteja sendo bem feito por juízes designados pelo TJBA, a comarca sofre com problemas na Vara de Família e com dificuldade de atendimento presencial. “Peço que o TJBA tente achar um local para o juiz nos atender”, conclamou.

Em resposta aos pleitos, Antonio Adonias lembrou que o Tribunal criou o “TJBA Mais Perto”, projeto que busca aproximar o Judiciário das comarcas baianas. “Neste projeto, a Presidência do Tribunal vai às comarcas maiores para ouvir a advocacia, magistratura e servidores. É um momento importante para que sejam levadas as demandas da região”, explicou.

Sobre a criação de Varas, Adonias explicou que a Comissão de Reforma do TJBA segue examinando todos os pedidos das subseções para definir uma ordem de prioridade. Em relação às contratações,

o desembargador lembrou que o TJBA nomeou 91 servidores e que há previsão de novas nomeações do concurso ainda em vigência, a maior parte voltada ao interior.

No caso dos juízes, ele disse que todos os aprovados no último concurso já foram nomeados e que o TJBA segue em um momento de titulação e habilitação. “Além disso, o Tribunal já está se preparando para a realização de um novo concurso para admissão de novos magistrados e magistradas”, informou.

O assessor Gustavo Teles também reforçou que o concurso de juiz já está em andamento. “A presidente Cynthia Resende me cobrou ontem. O edital será aberto pela quantidade de vagas, mais cadastro de reservas”, disse.

Em relação ao concurso de servidor, Teles afirmou que as nomeações estão sendo feitas para diversas regiões da Bahia. “Ainda temos, segundo orçamento deste ano, mais 400 nomeações e vamos buscar mais com o Governo do Estado”, pontuou.

Ele lembrou, ainda, que o TJBA trabalha na implantação do cargo de assistente técnico para os juízes. Com a inovação, os juízes passariam a ter um assessor e um assistente técnico, reduzindo a taxa de congestionamento de processos.

Representando o Conselho Pleno, o conselheiro Adriano Batista saudou os colegas e falou sobre a responsabilidade e a alegria de integrar o grupo. “É uma felicidade compor, mais uma vez, esse Conselho sob a liderança da presidenta Daniela”, destacou.

Ainda na sessão, foram referendados os nomes dos novos diretores do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. São eles a presidenta Emília Roters Ribeiro; o vice-presidente João Alves Amaral; o secretário-geral Alexandre da Silva Medeiros Santos; e os diretores Ana Beatriz Lisboa Pereira e Fabrício Moreira Santos.

Também foi aprovada uma alteração no Regimento Interno da OAB-BA para aumentar o número de membros das Câmaras e Órgão Especial da seccional. Conforme explicou o membro da Comissão de Alteração Regimento Interno da OAB-BA, Luís Vinícius Aragão, o aumento acontece em decorrência da ampliação do número de conselheiros e conselheiras, aprovada no ano passado.

“A proporcionalidade do Conselho é dada conforme a quantidade de advogados inscritos na Ordem, sendo que cada conselheiro e conselheira deve contribuir com seu trabalho nas Câmaras. Como,

no ano passado, houve um aumento do número de conselheiros, temos que reajustar o número de membros das Câmaras e Órgãos Especiais”, explicou Luís Vinícius.

De acordo com a alteração, o Órgão Especial, que tinha 20 membros titulares e 11 suplentes, passa a contar com 24 titulares e 14 suplentes. A Câmara de Direitos e Prerrogativas passa de 14 para 17 titulares e de nove para 11 suplentes.

O número de representantes das demais Câmaras também foi atualizado. A Primeira Câmara passa a contar 10 membros efetivos e sete suplentes; a Segunda com 18 efetivos e nove suplentes; e a Terceira com 18 efetivos e oito suplentes.

Além da ampliação, também foram aprovados os nomes dos conselheiros que ocuparão cada Câmara e o Órgão Especial e referendados os nomes dos presidentes de cada órgão. À frente da Câmara de Prerrogativas está a presidenta Daniela Borges; da Primeira Câmara está a secretária-geral Cléia Costa; Segunda Câmara, o secretário adjunto Raphael Pitombo; e Terceira Câmara, o diretor tesoureiro Daniel Moraes. Hermes Hilarião preside o Órgão Especial.

## OAB-BA realiza primeira sessão do Conselho Pleno de 2025

Os 125 novos conselheiros e conselheiras seccionais para triênio 2025-2027 participaram da primeira sessão do Conselho Pleno da OAB-BA deste ano. A solenidade aconteceu na manhã de 21 de fevereiro, no auditório da seccional, antecedendo a cerimônia de posse do novo Conselho Seccional para o triênio 2025-2027.

Saudando os colegas, Daniela colocou-se à disposição de todos e todas e destacou a importância do Pleno. “O que a gente tem, aqui, é a representação de toda a Bahia, e vocês são porta-vozes dessa representação. E todos, aqui, estamos imbuídos em recebê-los da melhor forma possível. Podem contar conosco e com toda a diretoria para caminharem juntos no Conselho”, pontuou.



Os 125 novos conselheiros e conselheiras seccionais participaram da primeira sessão do Conselho Pleno da OAB-BA deste ano na manhã de 21 de fevereiro.



Cerimônia foi realizada no Centro de Convenções de Salvador, com transmissão pelo YouTube.

## Pluralidade marca posse do Conselho Seccional da OAB-BA



*Foram empossados 125 conselheiros e conselheiras de toda a Bahia. Cerimônia contou com as presenças do prefeito de Salvador, Bruno Reis, e do presidente do CFOAB, Beto Simonetti.*

Em solenidade realizada na noite de 21 de fevereiro, tomou posse o Conselho Seccional que estará à frente da OAB da Bahia pelos próximos três anos. A cerimônia foi realizada no Centro de Convenções de Salvador, com transmissão pelo YouTube, e contou com as presenças dos diretores e conselheiros seccionais empossados.

Marcado pela pluralidade, o novo Conselho Seccional da OAB é composto por 125 conselheiros e conselheiras de toda a Bahia, tendo metade de representantes femininas e grande participação da advocacia negra, superior aos 30% exigidos pela política de cotas raciais da OAB.

Participaram da solenidade o prefeito de Salvador, Bruno Reis; o presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, acompanhado de toda a diretoria do Conselho Federal da OAB; lideranças estaduais da advocacia; presidentes de seccionais e subseções;

conselheiros federais da OAB; magistrados e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo; além de autoridades militares e das demais instituições que compõem o Judiciário baiano.

Em seu segundo mandato, a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, agradeceu a presença de todos e falou que o tempo é de esperança, de semear novos rumos e de manter a esperança na busca por boas colheitas. “Somos muitos e muitas com um propósito comum, que é a busca pela justiça na defesa dos interesses legítimos de pessoas. Somos a voz da cidadania e, enquanto houver desigualdade, violência e exclusão, estaremos nós nas trincheiras, lutando por dias melhores”, disse.

Daniela também fez um balanço da sua caminhada ao longo dos últimos três anos à frente da seccional, destacando o trabalho coletivo dos colegas. “Ao encerrarmos esse primeiro ciclo,

fica a certeza de que nossa união, em prol das causas comuns, foi essencial para o resultado que entregamos em busca de uma justiça mais célere, com mais juízes e servidores. Tivemos também um trabalho muito importante em prol da advocacia do interior. Foram muitos avanços em defesa da advocacia baiana”, destacou.

Sobre a expectativa para os próximos anos, ela disse que, se no cenário amplo, a bandeira será a busca pela paz e igualdade, no cotidiano da advocacia, a nova diretoria da OAB-BA lutará por dias com maior eficiência no cenário de justiça, com elevados padrões éticos e absoluta transparência dentro das instituições.

“Lutaremos pela efetividade da plena ordem constitucional e seus princípios fundamentais, com especial atenção ao devido processo legal e ao direito de defesa. Trabalharemos incansavelmente pela democracia do acesso à Justiça, cuidando das prerrogativas que são a nós reservadas. Assumimos, ainda, o compromisso em defesa dos honorários e do piso salarial e utilizaremos a tecnologia para chegar melhor e mais perto do advogado”, pontuou.

Representando o CFOAB, Beto Simonetti disse que a Ordem seguirá lutando legitimamente por todas as pautas que interessam a advocacia, sendo a mais atual a preservação das sustentações orais. “Temos feito o enfrentamento honesto e o diálogo altivo, pois este é um enfrentamento

que se faz necessário para preservar a voz da cidadania. E eu não posso passar pela Bahia, sem repetir uma frase que tomou conta da advocacia: vídeo gravado não é sustentação oral!”, ressaltou.

Em nome do Município de Salvador, o prefeito Bruno Reis disse que sente muito orgulho da advocacia e que reconhece a importância do trabalho da classe. “O advogado defende o cidadão, defende seus direitos, defende as pessoas que precisam do serviço jurisdicional. Então estou de portas abertas, na condição de prefeito, para a gente ampliar essas parcerias”, destacou.

Bruno também aproveitou o momento para direcionar a Beto Simonetti a candidatura da capital baiana para sediar a Conferência Nacional da OAB do próximo ano. “Meu presidente, Salvador, que já realizou a Conferência Nacional da Magistratura, do Ministério Público, da Jovem Advocacia, é candidata, em 2026, para realizar a Conferência Nacional da OAB”, disse.

O secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, Felipe Freitas, que representou o Governo do Estado, reforçou a Beto Simonetti a candidatura de Salvador à Conferência Nacional da OAB e disse que a assunção de Daniela à OAB-BA, junto com essa geração que ela representa, de mulheres e homens da advocacia baiana, tem contribuído para restituir aos baianos e baianas um lugar que lhes é devido no pensamento jurídico brasileiro.



Novo Conselho Seccional da OAB é composto por 125 conselheiros e conselheiras de toda a Bahia, com metade de representantes femininas e grande participação da advocacia negra.

## Assistência para advocacia



Na ocasião, também foi realizada a posse festiva das diretorias da OAB-BA e da Caixa dos Advogados da Bahia (CAAB), que, desde o dia 3 de janeiro, estão oficialmente à frente das instituições.

À frente da nova diretoria empossada da Caixa dos Advogados (CAAB), o presidente da entidade, Maurício Leahy, disse que, reconhecendo o trabalho dos que a antecederam, a última gestão da Caixa buscou, de forma humilde, deixar um legado de importantes contribuições para a classe. “Nos últimos anos, caminhamos juntos e semeamos a construção de um novo tempo, sempre motivados e mantendo um forte espírito de união. Garantimos mais inclusão e representatividade com a paridade de gênero e cotas raciais, atendemos demandas históricas e ampliamos a participação da OAB no interior”, disse.

Para os próximos anos, Leahy afirmou que, sob a liderança de Daniela Borges e Beto Simonetti, a CAAB seguirá nas trincheiras, participando ativamente das lutas em defesa da advocacia e da cidadania. “Nosso objetivo é lutar por uma advocacia cada vez

mais forte, respeitada e valorizada. A nossa missão é zelar pela Constituição e pela ordem jurídica do Estado Democrático de Direito”, ressaltou.

Compõem a diretoria da OAB-BA, além de Daniela, o vice-presidente Hermes Hilarião; a secretária-geral Cléia Costa; o secretário-geral adjunto Raphael Pitombo; e diretor tesoureiro Daniel Moraes, e da CAAB, além de Maurício Leahy; a vice-presidenta Renata Deiró; a secretária-geral Ilana Kátia; secretário adjunto René Viana; e tesoureiro Marcos Bonfim; além dos diretores Carolina Orrico, Juliana Camões e Ronaldo Soares.

*“Nosso objetivo é lutar por uma advocacia cada vez mais forte, respeitada e valorizada”*

**Maurício Leahy, Presidente da CAAB**

## Bruno Reis lançou candidatura de Salvador para sediar Conferência Nacional da Advocacia em 2026



*Secretário de Justiça da Bahia, Felipe Freitas, também reforçou candidatura de Salvador. Ambos participaram da posse do Conselho Seccional da OAB-BA, no Centro de Convenções Salvador*

Presente na solenidade de posse do Conselho Seccional da OAB-BA (triênio 2025-2027), o prefeito de Salvador, Bruno Reis, lançou a candidatura

da capital baiana para sediar a Conferência Nacional da Advocacia em 2026. A fala do prefeito foi direcionada ao presidente da OAB Nacional,



Prefeito disse que Salvador segue “de portas abertas” para ampliar as parcerias com a OAB-BA, como na prioridade dada à advocacia em órgãos públicos.

Beto Simonetti, que também estava presente no evento, realizado em 21 de fevereiro, no Centro de Convenções Salvador.

“Meu presidente, Salvador, que já realizou a Conferência Nacional da Magistratura, do Ministério Público, a Conferência Nacional da Juventude, é candidata, em 2026, para realizar a Conferência Nacional da OAB”, disse.

Ainda em seu discurso, Bruno afirmou que sente muito orgulho da advocacia e que reconhece a importância do trabalho da classe na defesa cidadão, dos seus direitos e das pessoas que precisam do serviço jurisdicional.

O prefeito também disse que o Município segue “de portas abertas” para ampliar as parcerias com a OAB-BA, usando como exemplo a prioridade dada à advocacia em órgãos públicos. “Neste primeiro mandato, conseguimos uma parceria importante, que foi priorizar o trabalho

dos advogados, tendo a prerrogativa de, nos órgãos públicos, terem o direito de preferência para acelerar a defesa jurisdicional dos seus assistidos. Quero colocar a Prefeitura à disposição da OAB-BA para firmar outras parcerias, porque quem ganha com isso é o cidadão de Salvador, é o cidadão da Bahia”, concluiu.

*“Quero colocar a Prefeitura à disposição da OAB-BA para firmar outras parcerias”*

**Bruno Reis**  
Prefeito de Salvador

## Felipe Freitas fala em interlocução com ALBA para discutir piso salarial da advocacia e pagamento de dativos

Secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia representou o Governo do Estado na posse do Conselho Seccional da OAB-BA

Dois assuntos de grande importância para a classe, o piso salarial e o pagamento dos advogados dativos foram temas presentes no discurso do secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, Felipe Freitas. Durante a posse do Conselho Seccional da OAB-BA (triênio 2025-2027), no dia 21 de fevereiro, o secretário, que representou o Governo do Estado, disse que reconhece a expectativa da classe em relação à regulamentação dos pleitos. “Quero dizer publicamente que sei dos pleitos da advocacia em relação a nós na negociação com o parlamento, com projetos de lei importantes,

como a regulamentação do pagamento a advogados dativos e o piso da advocacia, dois temas importantes para a categoria”, disse.

Ele também colocou a pasta à disposição para uma interlocução com a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) na busca pelas conquistas. “Sei que passam pela negociação conosco. Quero dizer que as portas do Governo da Bahia, através da Secretaria de Justiça, estão abertas para que a gente encontre, com o parlamento baiano, o melhor momento e as melhores condições de garantir essas conquistas da advocacia”, acrescentou.



Secretário colocou a pasta à disposição para uma interlocução com a ALBA

## OAB Bahia se reuniu com Polícia Civil para tratar de assuntos de interesse da advocacia

Golpe do falso advogado e Plantão de Carnaval foram alguns dos temas discutidos no encontro

A OAB Bahia se reuniu com a Corregedoria da Polícia Civil da Bahia no dia 19 de fevereiro, para tratar de diversos assuntos de interesse da advocacia. Participaram do encontro o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB Bahia, Victor Gurgel; a presidenta da OAB Bom Jesus da Lapa, Andrea Salvador; presidenta da OAB Santa Maria da Vitória, Soraya Brandão; e a presidenta da OAB Irecê e coordenadora do Colégio de Presidentes da OAB Bahia, Leonellea Pereira.

Representando a Polícia Civil, estiveram presentes o corregedor-geral Edenir de Macêdo Cerqueira e a corregedora adjunta Jorvane Andrade dos Santos.

Alguns dos temas discutidos no encontro foram os pontos de atendimento e o plantão da Polícia Civil durante o Carnaval. “Também aproveitamos a oportunidade para reforçar a importância do respeito às prerrogativas dos advogados que estejam acompanhando clientes nestes espaços e encaminhamos o contato do Plantão de Prerrogativas da OAB Bahia para auxiliar em qualquer esclarecimento”, explicou o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-BA, Victor Gurgel.

Outro assunto discutido na reunião foi o “golpe do falso advogado”, que consiste em estelionatos praticados por criminosos que usam dados pessoais de advogados, disponíveis em processos públicos. Segundo Leonellea Pereira, OAB-BA tem recebido, diariamente, diversos pedidos de socorro da advocacia em relação aos vários estelionatos. “Infelizmente, muitas pessoas ainda não conseguem filtrar o que é real do que é golpe e acabam sendo vítimas”, lamentou.

Leonella cobrou um retorno da Polícia Civil quanto aos expedientes encaminhados pela seccional no início de 2024, recebidos de advogados e de subseções por meio de um e-mail criado especificamente para essa finalidade.

O corregedor-geral se comprometeu a discutir a questão com os responsáveis pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Estelionato por Meio Eletrônico (DreofCiber) e também do Laboratório de Inteligência Cibernética da Polícia Civil da Bahia para buscar um caminho adequado, além de garantir a criação de um canal específico para receber da OAB os casos que não tiveram retorno das delegacias.

*“Também aproveitamos a oportunidade para reforçar a importância do respeito às prerrogativas dos advogados que estejam acompanhando clientes nestes espaços”*

**Victor Gurgel** • Presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-BA

## Prerrogativas da advocacia



Um dos principais assuntos de interesse da advocacia, a garantia das prerrogativas também esteve em pauta. Representando o município de Santa Maria da Vitória, a presidenta da subseção, Soraya Brandão, pediu a instalação de uma sala da advocacia na 26ª COORPIN do município, a melhoria das condições das celas de carceragem e a necessidade urgente de providências contra os golpes que estão prejudicando os clientes.

“Esperamos que as demandas da advocacia sejam atendidas com a brevidade que a situação exige. A OAB de Santa Maria da Vitória segue atenta e atuante na defesa dos direitos da advocacia e da sociedade”, disse Soraya.

Com opinião semelhante, a presidenta da OAB Bom Jesus da Lapa, Andrea Salvador, também destacou a necessidade da garantia das prerrogativas no município e disse que aguarda retorno.

“A reunião foi salutar às demandas da subseção, primando sempre pelo diálogo, um dos pilares que tem sido conduzido pela OAB Bom Jesus da Lapa. Agradecemos a atenção dos corregedores com os advogados e advogadas presentes e aguardamos um retorno positivo. A subseção está à disposição para novos diálogos”, concluiu.



## Dia Internacional da Mulher: advocacia feminina marca presença na **Marcha 8M**

*Caminhada aconteceu no dia 8 de março, do Morro do Cristo ao Farol da Barra*

A advocacia feminina aderiu à Marcha 8M no Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março. Com mensagens de conscientização, as advogadas, conselheiras e demais representantes da OAB Bahia se juntaram às centenas de ativistas que participavam do ato e caminharam do Morro do Cristo ao Farol da Barra.

“É a OAB Bahia, mais uma vez, cumprindo seu papel social como instituição do sistema de justiça”, ressaltou a presidenta da Comissão de Proteção aos Direitos das Mulheres, Fernanda Barbosa.

Ela também falou sobre a necessidade de se lutar pela liberdade da mulher, sobretudo em um momento em que muitas continuam morrendo. “Isso não é admissível. Nenhum direito a menos. Estamos cada vez mais firmes e fortes na luta”, pontuou.

A presidenta da Comissão da Mulher Advogada, Thais Bandeira, disse que, mais importante que a luta, é quem está a seu lado. “É muito bom caminhar ao lado de Fernanda e lutar junto com



Advogadas, conselheiras e demais representantes da OAB-BA se juntaram às centenas de ativistas que participavam do ato e caminharam do Morro do Cristo ao Farol da Barra.

toda a advocacia baiana pelo estado democrático de direito e pelo direito das mulheres”, destacou.

Também na caminhada, a vice-presidenta da Comissão da Mulher Advogada, Joana Rodrigues, disse que “hoje é uma data de luta, de trazer as pautas reivindicadas durante todo o ano, com muitas questões e problemas que as mulheres e meninas vivenciam na sociedade”. “É uma data para pensar sobre isso e enfrentar isso juntas”, ressaltou.

Com opinião semelhante, a presidenta do Tribunal de Ética da OAB-BA, Emília Ribeiro, disse que o dia tem grande importância política para confirmar os direitos das mulheres conquistados durante tantos anos e aqueles direitos ainda a serem conquistados.

Para a diretora-geral da Escola Superior de Advocacia (ESA-BA), Sarah Barros, o Dia Internacional da Mulher serve para reafirmar a necessidade de todos os direitos das mulheres, dialogar com

a sociedade e, principalmente, lutar por mais direitos e mais igualdade.

Organizada por sindicatos e pela CUT Bahia, a Marcha 8M contou com o apoio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Sepromi) e com a presença das secretárias Ângela Guimarães, da Sepromi, e Fabya Reis, de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades).

**“Hoje é uma data de luta, de trazer as pautas reivindicadas durante todo o ano”**

**Joana Rodrigues** • Vice-presidenta da Comissão da Mulher Advogada

## OAB-BA entrega Comenda Barachisio Lisbôa ao advogado José Carlos Vieira Moraes



*Medalha é concedida pela seccional para prestigiar advogados e advogadas com mais de 50 anos de profissão*

Com o Salão do Júri do Fórum da Comarca de Seabra lotado, foi realizada mais uma entrega da Comenda Barachisio Lisbôa. Desta vez, a OAB-BA concedeu a honraria ao advogado e ex-presidente da OAB Itaberaba, José Carlos Vieira Moraes.

Criada pela seccional para prestigiar os profissionais mais experientes, a medalha é concedida a advogadas e advogados baianos que completaram 50 anos de profissão de forma ininterrupta e com reputação ilibada. O nome da comenda foi escolhido para homenagear o advogado Barachisio Lisbôa, ex-presidente da OAB da Bahia e bastante conhecido pelo seu notável saber jurídico e sua cultura advocatícia.

Participou da cerimônia toda a diretoria da OAB Seabra: o presidente Luzimário Guimarães; o vice Flávio Marques; a secretária-geral Fabiana Santos; a secretária adjunta Káren Almeida; e o diretor tesoureiro Felipe Toé.

Também estiveram presentes os advogados Afonso Cardoso do Rêgo e Alexandre Aguiar, que prestaram homenagem a José Carlos, além da delegada da CAAB de Seabra, Ana Victória Gomes; do presidente da OAB Jovem de Seabra, Samuel Santos; e da presidenta da Comissão de Prerrogativas da subseção, Sarita Bittencourt. Familiares e colegas do homenageado também prestigiaram o evento.

Natural de Santa Adélia, em São Paulo, José Carlos Vieira de Moraes formou-se em direito em 1962 e, tempos depois, mudou-se para Lençóis, na Bahia, tornando-se um dos primeiros advogados a exercer a profissão na cidade. A advogado participou do 1º Júri da Comarca de Lençóis e presidiu a OAB Itaberaba entre o período de junho a dezembro de 1990.



## OAB pede a Barroso suspensão de medida que prioriza intimações pelo Diário da Justiça Nacional em detrimento do processo eletrônico

A OAB Nacional, a OAB Bahia e todas as seccionais da Ordem enviaram um ofício ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, para pedir a suspensão da alteração do artigo da Resolução 455/2022, que

prioriza intimações no Diário da Justiça Nacional em detrimento das expedidas pelo sistema de processo eletrônico. O documento contou com a assinatura da presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, e foi enviado no dia 11 de março ao ministro.

No documento, a OAB Nacional e as seccionais destacam que a suspensão é fundamental para resguardar a segurança jurídica e assegurar o devido processo legal, diante das inconsistências relatadas pela Ordem em todo o país.

O ofício também destaca o risco iminente de prejuízo aos 300 mil advogados que utilizam o sistema Eproc, sobretudo nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ressaltando que o prazo remanescente de cinco dias úteis até a implementação da medida é insuficiente

para que as Seccionais da OAB realizem uma campanha eficaz de divulgação e orientação à advocacia local.

“Diante do exposto, solicita-se a concessão do prazo de 180 dias para que as seccionais da OAB, sobretudo da Região Sul, possam promover campanhas públicas de informação e orientação à classe, considerando que os 300 mil profissionais da advocacia utilizam a atual sistemática de contagem e controle de prazos há mais de uma década”, finaliza o documento.

### Mais uma vitória da advocacia:

## STF garante que causas privadas seguem critérios do CPC para honorários



Atendendo ao pleito da OAB Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) pautou uma Questão de Ordem no Tema 1.255 para definir, de modo incontroverso, os limites da discussão do Recurso Extraordinário às causas envolvendo a Fazenda Pública. No julgamento, finalizado no dia 11 de março, a Corte, por unanimidade, referendou a proposta do relator, estabelecendo que, para as causas envolvendo partes privadas, os critérios definidos pelo Código de Processo Civil (CPC) e reafirmados no Tema 1.076 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deverão ser aplicados, garantindo maior previsibilidade e segurança jurídica.

O presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, celebrou a decisão do STF, destacando que ela reforça a importância de critérios claros e objetivos para a fixação de honorários advocatícios. “A decisão do STF é importantíssima, pois afirma aquilo que temos defendido sobre os honorários advocatícios. O Tema 1.076/STJ deverá ser aplicado às causas envolvendo entes privados,

impedindo o arbitramento de honorários por equidade nos casos não previstos pelo CPC e respeitando os princípios constitucionais da legalidade e da isonomia. Agora, a OAB seguirá trabalhando para garantir que o CPC seja aplicado de forma correta e equilibrada também nas causas em que a Fazenda Pública é parte, assegurando que os advogados sejam remunerados de forma justa em todos os cenários”, afirmou Simonetti.

Marcus Vinicius Furtado Coêlho, procurador constitucional, presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais e membro honorário vitalício do CFOAB, explicou que a decisão do STF reforça os princípios constitucionais da segurança jurídica, da legalidade e da valorização da advocacia, previstos nos artigos 5º e 133 da Constituição Federal. “O julgamento da questão de ordem evidencia que o arbitramento de honorários advocatícios deve respeitar as disposições do CPC. A Ordem continuará atuando junto à Suprema Corte para garantir que esse entendimento seja

estendido também às causas em que a Fazenda Pública for parte, mantendo a previsibilidade e a isonomia no tratamento dos advogados. Para as causas entre partes privadas, a aplicação do Tema 1.076 do STJ garante que os honorários sejam fixados com base em critérios objetivos, evitando distorções e assegurando a paridade entre as partes no processo”, afirmou Coêlho. Ele ressaltou ainda que a justa remuneração é essencial para o pleno exercício da profissão e para a manutenção de uma advocacia forte e independente, que desempenha papel fundamental no acesso à Justiça e na defesa dos cidadãos.

A decisão do STF é vista como uma vitória para a advocacia, pois torna expressos os limites do Tema 1.255, evitando a criação de um precedente que pudesse levar à relativização dos critérios de fixação de honorários em causas de valor elevado que não envolvam a Fazenda Pública. A OAB segue firme em sua luta pela valorização da advocacia e pela defesa dos direitos da classe, reafirmando o papel essencial dos advogados na garantia do acesso à Justiça e na defesa dos direitos da sociedade.



## Fabrício Castro é o novo representante do Conselho Federal da OAB no CNJ

O advogado Fabrício Castro, ex-presidente da OAB-BA e atual conselheiro federal da OAB pela Bahia, é o novo representante do Conselho Federal da OAB no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fabrício, que já participou da primeira sessão do CNJ no dia 11 de março, demonstrou animação

com a nova tarefa. “Recebi com muita honra e responsabilidade esta missão das mãos do presidente Beto Simonetti. Vamos trabalhar incansavelmente em defesa dos interesses da advocacia e da cidadania”, declarou.



Fabrício participou da primeira sessão do CNJ no dia 11 de março

Imagem: Romulo Serpa/Agencia CNJ

## Entra em vigor lei que isenta advocacia de antecipar custas na execução de honorários



*Apelidada de “Custas Zero para a Advocacia”, lei foi publicada no DOU após sanção do presidente Lula em reunião com o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti*

Entrou em vigor a Lei Federal 15.109/2025, que dispensa o adiantamento de custas nas ações de cobrança ou execuções de honorários advocatícios. Apelidada de “Custas Zero para a Advocacia”, a lei, que altera o Código de Processo Civil, foi publicada no DOU no dia 14 de março, depois de ter sido sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião com o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, nesta quinta-feira (13/03).

Fruto da atuação direta da OAB Nacional e das seccionais da Ordem junto ao Congresso Nacional, a iniciativa surgiu a partir de um projeto de lei de autoria da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), sancionado pelo Congresso Nacional em 18 de fevereiro. Durante os cinco anos de tramitação do projeto, a Ordem pressionou por seu aperfeiçoamento e aprovação, coletando

assinaturas e mobilizando a categoria por meio dos representantes no Congresso de todo o país.

A presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, comemorou a conquista. “A advocacia baiana se soma a todos os colegas e todas as colegas do Brasil, agradecendo o empenho do presidente Beto Simonetti na obtenção de mais essa conquista. É um dia fundamental para a advocacia, uma vez que, além de evitar prejuízos, a nova medida vai corrigir um problema histórico que vem afetando a classe, que é a necessidade de antecipação de valores para cobrar um direito que já foi reconhecido pela Justiça”, destacou.

Além da isenção do advogado no adiantamento das custas, a lei também estabelece que caberá ao réu ou executado arcar com esses valores ao final do processo, caso tenha dado causa à cobrança judicial.

*“Além de evitar prejuízos, a nova medida vai corrigir um problema histórico que vem afetando a classe, que é a necessidade de antecipação de valores para cobrar um direito que já foi reconhecido pela Justiça”*

**Daniela Borges** • Presidenta da OAB Bahia

## OAB-BA cria primeira Comissão de Apoio à Advocacia em Demandas de Massa do Brasil



Mais uma vez, a OAB Bahia mostrou pioneirismo ao criar, em 14 de março, a primeira Comissão de Apoio à Advocacia em Demandas de Massa do Brasil. Com o objetivo de defender os direitos da advocacia na atuação em demandas de massa e no combate à associação às demandas abusivas, a comissão chegou em momento importante para a classe. No dia 13 de março, o STJ havia reconhecido que o termo correto é “litigância abusiva”, e não “litigância predatória”, termo que foi excluído por ser considerado “discriminatório e inadequado”, acolhendo diversos pleitos da OAB para proteger o exercício da advocacia.

“É um orgulho e uma responsabilidade enormes criar essa comissão, pioneira no país, que foi idealizada com todo respeito e cuidado pela OAB Bahia para defender os direitos de todos os colegas e as colegas que trabalham com as demandas de massa. O alto número de processos nunca foi um problema. O problema é o grande volume de violação de direitos. Demandas de massa não são predatórias e, mais que nunca, lutaremos para combater aqueles que dizem o contrário”, defendeu a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

À frente da nova comissão, a presidenta Carla Simas disse que a criação do grupo reafirma o compromisso da seccional com a valorização da advocacia e a defesa intransigente das prerrogativas da classe. “É fundamental garantir que o direito de ação dos advogados não seja restringido e que o acesso à Justiça permaneça amplo e democrático”, disse. Segundo ela, assumir a presidência da comissão representa a oportunidade de fortalecer o diálogo, promover soluções equilibradas e assegurar que a advocacia continue exercendo seu papel essencial na

sociedade. “Convido toda a classe a se engajar nessa missão conosco”, conclamou.

Além da criação da comissão, a OAB-BA tem atuado em diferentes frentes para defender a advocacia na defesa das demandas de massa. Além de reuniões com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça da Bahia, a seccional realizou a campanha “Demandas de massa não são predatórias”, com um ato em frente ao Fórum do Imbuí. A OAB-BA também tem atuado no Conselho Nacional de Justiça e prestado assistência integral à advocacia que milita na área.

A OAB-BA reforça, ainda, que não compactua com eventuais ilícitos praticados por advogados e advogadas e será sempre firme na fiscalização do exercício ético e responsável da profissão. A Ordem permanece vigilante no cumprimento do Código de Ética e Disciplina da OAB, adotando todas as medidas necessárias para coibir práticas que contrariem os princípios da advocacia e prejudiquem a imagem da classe.

**“Demandas de massa não são predatórias e, mais que nunca, lutaremos para combater aqueles que dizem o contrário”**

**Daniela Borges**  
Presidenta da OAB Bahia

## OAB-BA consegue reforma de sentença que condenou advogado por difamação



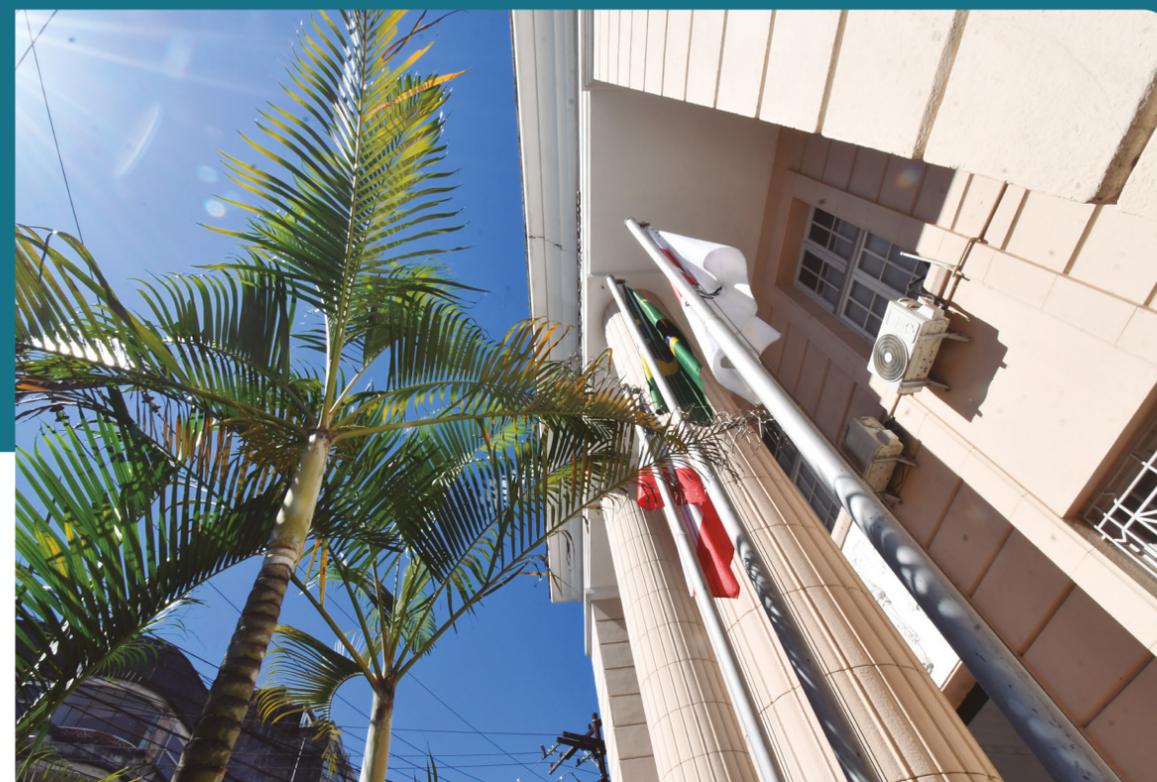
*Com atuação da sua Procuradoria Jurídica, seccional obteve reconhecimento da imunidade penal profissional*

OAB-BA conseguiu a reforma de uma sentença que condenou um advogado baiano por difamação. Por meio da sua Procuradoria Jurídica, a seccional atuou como assistente no processo, movido contra o advogado em 2022.

O advogado foi acusado de difamação em razão do conteúdo de uma manifestação nos autos de um processo trabalhista em que atuava em causa própria. A OAB-BA, por meio da sua Procuradoria, atuou desde a fase de conhecimento e interpôs recurso inominado em face da sentença condenatória. A seccional sustentou que as palavras do advogado não podem constituir crime de injúria e difamação em razão da imunidade profissional e da excludente de ilicitude estabelecida no Código Penal.

No dia 25 de fevereiro, o gerente da Procuradoria da OAB-BA, Edgard Freitas, fez uma sustentação oral no julgamento, cujo argumento foi acatado na íntegra e por unanimidade da 4ª Turma Recursal, com o reconhecimento da imunidade penal profissional no caso. “A OAB não está sustentando que existe uma imunidade ampla no hipotético uso abusivo da palavra pelo advogado. O abuso na prerrogativa pode ser objeto de sanção cível e administrativa, ético-disciplinar, mas o direito penal é a ultima ratio, e aplicar uma interpretação calcada em precedentes cíveis para punir criminalmente um advogado é absolutamente inconstitucional”, concluiu Edgard.

*Procuradoria da OAB-BA atuou desde a fase de conhecimento e interpôs recurso inominado em face da sentença condenatória.*





Procuradoria da OAB-BA impetrou o Mandado de Segurança na Turma Recursal e obteve a liminar para impedir o arquivamento da ação até o julgamento do mérito.

## OAB-BA consegue impedir arquivamento de ação de advogada afastada por atestado médico



*Por meio da sua Procuradoria Jurídica, seccional impetrou Mandado de Segurança Cível e obteve liminar para impedir arquivamento*

A OAB-BA conseguiu uma liminar em um Mandado de Segurança perante a Turma Recursal para impedir o arquivamento de uma ação durante a vigência de um atestado médico apresentado por uma advogada. Atuando em causa própria, a advogada, por meio de embargos declaratórios, informou sobre a vigência de um atestado médico que a havia afastado do trabalho por 60 dias.

O juízo, entretanto, alegando intempestividade, recusou-se a reconhecer o afastamento médico e determinou a certificação do trânsito em julgado. A seccional, por meio da sua Procuradoria Jurídica, impetrou o Mandado de Segurança Cível na Turma Recursal e obteve a liminar para impedir o arquivamento da ação até o julgamento do mérito.

“A doença do único advogado constituído é uma hipótese notória tanto de justa causa para a prática do ato processual fora do prazo como de força maior para suspender o processo, nos termos dos Arts. 223 §1º e 313, IV do CPC”, explicou o gerente da Procuradoria, Edgard Freitas.

Ainda segundo ele, a jurisprudência é pacífica neste ponto. “Pode-se dizer que o advogado deve ter o direito de convalescer em paz e buscar o restabelecimento de sua saúde, sem que isso possa significar prejuízo processual. A liminar, neste caso, restaurou a possibilidade de a parte poder recorrer e sustentar sua tese recursal”, concluiu.

## Primeira Escola Antirracista da OAB é lançada na Bahia



*Idealizada pela Escola Superior de Advocacia da Bahia (ESA-BA), iniciativa nasce com proposta de “formar para transformar”*

A primeira Escola Antirracista do Sistema OAB foi lançada na Bahia, no dia 19 de março, com o auditório do Salvador Shopping Business, no Caminho das Árvores, lotado. O lançamento contou com as palestras do juiz do Tribunal de Justiça do DF e Territórios e auxiliar do ministro Edson Fachin, Fábio Esteves, e da promotora do Ministério Público da Bahia (MPBA), Livia Vaz.

Idealizada pela Escola Superior de Advocacia da Bahia (ESA-BA) com a proposta de “formar para transformar”, a Escola Antirracista desenvolverá uma série de ações voltadas a advogados e estudantes de direito com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da educação antirracista. As inscrições para as aulas já estão abertas de forma gratuita no site da ESA-BA.

Prestigiando o lançamento, a presidenta da OAB-BA, Danila Borges, disse que, ao marcar o início da nova gestão, a criação da Escola representa um grande avanço na luta contra o racismo na Bahia. “Não basta sermos antirracistas, a gente precisa transformar e contribuir para que tenhamos, de fato, uma sociedade mais igualitária. Vamos em frente: formar para transformar”, enfatizou.

*“Esse é um movimento que fortalece não só a advocacia negra, mas toda a classe e a sociedade”*

**Hermes Hilarião**  
Vice-presidente da OAB-BA

À frente do projeto, a diretora-geral da ESA-BA, Sarah Barros, destacou o orgulho de iniciar sua gestão lançando a primeira Escola Antirracista da OAB. “O conhecimento é a única forma que une todas as pessoas e, principalmente, transforma o que nós queremos para o futuro e para o presente. E é imbuído nesse sentimento que a ESA lança esse projeto, para, fazendo uso do conhecimento, formar, mas principalmente transformar a advocacia”, destacou.

Também presente ao evento, o vice-presidente da OAB-BA, Hermes Hilarião, disse que o projeto servirá de inspiração para toda a advocacia brasileira. “Esse é um movimento que fortalece não só a advocacia negra, mas toda a classe e a sociedade. A pauta antirracista é um compromisso nosso, que está marcando o início da nova gestão da OAB-BA”, pontuou.

Para a secretária-geral da OAB-BA, Cléia Costa, a Escola Antirracista da ESA é a confirmação de que o Sistema OAB apresenta ações afirmativas em prol da igualdade substantiva e equidade em movimento. “Todos e todas em busca de uma sociedade inclusiva, com afeto e a ciência a serviço de uma sociedade justa e pacíficas. Essa é a mensagem institucional da OAB para o Brasil e para o mundo”, destacou.

O secretário adjunto da OAB-BA, Raphael Pitombo, disse que a iniciativa reforça o compromisso da seccional no combate ao racismo. “Seguiremos tratando dessa temática, para que a gente possa conscientizar mais pessoas e fomentar esse combate ao racismo”, reforçou.



Com palestras, seminários, congressos e outras atividades de capacitação, a Escola Antirracista trabalhará sob as perspectivas teórica e prática.

Com discurso semelhante, o diretor tesoureiro da OAB-BA, Daniel Moraes, disse que a Escola reforça o papel da seccional como agente transformadora. “Apesar de termos, hoje, 80% da população autodeclarada negra, temos um sistema formado e reproduzido por práticas racistas. Então essa iniciativa da OAB-BA significa avaliar o presente e indicar qual futuro queremos e como a seccional pode contribuir como agente transformadora”, afirmou.

Compondo o time à frente do projeto, a vice-diretora da ESA-BA, Lilian Azevedo, disse que a Escola inaugura a discussão da OAB dentro do sistema educacional, principalmente em Salvador, a capital mais negra fora do continente africano. “Nós temos que colocar o racismo estrutural na mesa e entender que ter uma cidade democrática e desenvolvida passa pela questão da igualdade racial”, destacou.

Também à frente da Escola, o secretário-geral da ESA-BA, Jonata William, disse que a iniciativa surge de uma demanda de longa data e do compromisso da OAB-BA com a luta pela igualdade racial. “Ter esse lançamento na primeira capital do Brasil, a mais negra fora do continente africano, é um marco histórico para além do potencial que a gente tem de fazer uma interlocução com a advocacia, com os órgãos do sistema de justiça e com a sociedade civil”, ressaltou.

*“Essa iniciativa da OAB-BA significa avaliar o presente e indicar qual futuro queremos”*

**Daniel Moraes**  
Diretor tesoureiro da OAB-BA

## Letramento Racial

Entre os assuntos, foram discutidos no evento de lançamento da Escola Antirracista da OAB-BA a importância do letramento racial para uma atuação eficiente no sistema de justiça e as regulamentações mais recentes sob a perspectiva antirracista para as pessoas que atuam neste sistema.

Palestrante do evento, o juiz Fábio Esteves disse se sentir “contemplado” com a instituição da Escola Antirracista. “Creio que nós estamos, a partir dela, qualificando os nossos intérpretes das nossas leis, da nossa constituição, e isso, com certeza, faz com que as questões antidiscriminatórias sejam muito mais bem tratadas, sob o ponto de vista da concretização dos nossos textos”, pontuou.

A promotora Lívia Vaz, também palestrante no evento, disse que, mais do que um discurso, a criação de uma Escola Antirracista busca formar

uma advocacia antirracista, que venha, também, a educar todo o sistema de justiça. “Parabenizo a OAB-BA pela iniciativa e que ela inspire outras semelhantes”, enfatizou.

*“Isso, com certeza, faz com que as questões antidiscriminatórias sejam muito mais bem tratadas”*

**Fábio Esteves** • juiz

## Inscrições Abertas

Com palestras, seminários, congressos e demais atividades de capacitação, a Escola Antirracista da OAB-BA trabalhará sob as perspectivas teórica e prática, por meio de exposições e disponibilização de materiais didáticos, recomendações bibliográficas e outros materiais didáticos. Todas as aulas e demais atividades são gratuitas e voltadas à advocacia, bacharéis e estudantes de Direito.

A primeira aula já tem data marcada: 10 de abril. Os professores Mabel Freitas e Jonata William debaterão o tema “Letramento Racial para a Prática Forense”. A aula acontecerá entre 18 e 21h, de forma presencial, no auditório da ESA-BA, na Rua do Carro, no Campo da Pólvora, e com transmissão on-line pelo Zoom.

## Com atuação da OAB-BA e OAB Camaçari, TJBA aprova instalação da 3ª Vara Cível do município



Aprovação foi publicada no Diário de Justiça no dia 20 de março

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) aprovou a instalação da 3ª Vara Cível da comarca de Camaçari. A aprovação aconteceu no dia 19 de março, durante sessão do Pleno do TJBA, e foi divulgada no Diário da Justiça no dia seguinte. A decisão contou com o empenho da OAB Camaçari e com a atuação da OAB Bahia, que vem desenvolvendo uma série de ações, como visitas institucionais, atos em defesa da classe e ofícios ao TJBA e ao Conselho Nacional de Justiça, voltados à melhoria da prestação jurisdicional nos diversos municípios baianos.

“Essa é uma conquista muito batalhada pela seccional. A valorização da classe no interior e o acesso do cidadão à justiça, sem dúvida, são duas das

nossa principais pautas. Tenho certeza que essa nova Vara não só contribuirá com a melhoria das condições de trabalho dos nossos colegas advogados e advogadas, mas será significativa na efetividade dos direitos da população da região”, enfatizou a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

Para o presidente da subseção de Camaçari, Eduardo Requião, a aprovação da Vara representa uma importante conquista para a sociedade e toda advocacia. “É muito importante podermos ter, na comarca de Camaçari, mais uma Vara Cível. Esperamos, com isso, que os processos possam tramitar de forma mais célere e a justiça possa prevalecer”, concluiu.



Em julho de 2024, no Fórum Clemente Mariani, a OAB realizou ato em em defesa da advocacia e pela criação de novas varas em Camaçari

## OAB-BA e OAB Simões Filho atuam e TJBA aprova instalação da 2ª Vara de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Candeias



Para presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, aprovação representa o reconhecimento do TJBA à atuação da Ordem

Após inúmeros pedidos da OAB Bahia e OAB Simões Filho para criação de novas Varas em Candeias, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) aprovou a instalação da 2ª Vara de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais na comarca. A decisão foi publicada no Diário da Justiça do dia 20 de março, após deliberação do Pleno do TJBA no dia anterior. O município de Candeias é abrangido pela subseção de Simões Filho.

Com visitas institucionais, atos em defesa da classe e ofícios ao TJBA e Conselho Nacional de Justiça, a OAB-BA tem atuado em diferentes frentes para aprimorar, cada vez mais, o trabalho de valorização da advocacia do interior e a garantia de acesso do cidadão à Justiça.

Para a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, a aprovação representa o reconhecimento do TJBA aos esforços que a seccional vem empreendendo para resguardar os direitos da classe e sociedade.

“Estamos muito felizes com essa conquista, que é de toda a advocacia. A instalação de novas Varas significa mais dignidade e mais Justiça no nosso estado. Esperamos que esse seja só o início e que novas unidades venham por aí”, disse.

A presidenta da OAB Simões Filho, Márcia Lavigne, disse que a criação de uma segunda Vara Cível busca sanar um problema antigo de Candeias. “O crescente número de processos da comarca tem sobrecarregado a tramitação dos processos na única Vara Cível da cidade, gerando atrasos na resolução de litígios e na entrega de justiça à comunidade. A criação de uma nova Vara não só melhorará a eficiência e rapidez na tramitação dos processos, mas facilitará o acesso dos cidadãos à Justiça”, disse.

Ela também destacou que a criação da Vara é fruto do trabalho da subseção e da seccional, juntamente com a juíza titular da 1ª Vara, Ana Barbuda. “Trabalho esse que beneficiará nossa categoria e a sociedade candeense, pois trará mais eficácia ao sistema judiciário”, concluiu.



OAB-BA tem atuado em diferentes frentes para valorizar a advocacia do interior e garantir o acesso do cidadão à justiça.



Seccional tem trabalhado para melhorar a prestação jurisdicional e resguardar os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

## Após pedido da OAB-BA e OAB Feira de Santana, TJBA aprova instalação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no município



*Aprovação contou com a atuação da seccional e da Subseção*

Atendendo ao pleito da OAB Bahia e da OAB Feira de Santana por mais Varas na comarca, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) aprovou a instalação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Feira de Santana. Publicada no Diário da Justiça do dia 20 de março, a aprovação contou com a atuação da seccional, que tem trabalhado em diferentes frentes para melhorar a prestação jurisdicional na Bahia e resguardar os direitos das mulheres vítima de violência doméstica e familiar. “Além de beneficiar a advocacia feirense com mais dignidade de trabalho, a nova Vara dará mais celeridade aos lastimáveis casos de violência que ainda acometem as mulheres de Feira de Santana. Sem dúvida, essa é uma conquista muito importante para a região. Agradecemos à presidência do TJBA e deixamos, aqui, nossa mensagem de

que a seccional continuará lutando para ampliar o número de Varas em toda a Bahia”, destacou a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

A presidenta da OAB Feira de Santana, Lorena Peixoto, disse que a instalação de mais uma Vara em Feira de Santana é mais um instrumento para prevenir e combater a violência doméstica familiar contra as mulheres. “É preciso impulsionar os processos e trazer maior celeridade na prestação jurisdicional. A violência de gênero é uma triste realidade, que tem seus números cada vez mais potencializados, e promover uma prestação jurisdicional satisfatória funciona como verdadeiro instrumento de justiça. É importante que o Tribunal tenha essa visão, de não apenas instalar novas Varas, mas de estruturar toda a rede de proteção”, concluiu.

# OAB-BA E TJ-BA DISPONIBILIZAM CARTÃO DA ADVOCACIA DE ACESSO AOS FÓRUNS E AO TRIBUNAL

**A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO NÃO É OBRIGATÓRIA**

**CARTÃO GRATUITO PARA ADIMPLENTES**

**APONTE A  
CÂMERA DO  
CELULAR E  
SOLICITE O SEU!**



Um novo tempo  
na Advocacia



## OAB Bahia aponta problemas em decreto do TJBA sobre sigilo em processos



Relatório da Procuradoria da OAB-BA analisa o Decreto Judiciário Nº 218

No dia 21 de março, foi disponibilizado no Diário da Justiça do Estado da Bahia o Decreto Judiciário Nº 218 do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os processos judiciais e administrativos sujeitos a registro de sigilo com tramitação no PJe. A pedido da presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, a Procuradoria Jurídica e de Prerrogativas da Seccional elaborou um relatório sobre a compatibilidade do decreto com as disposições constitucionais e legais de publicidade dos atos processuais e em especial sobre seus impactos na advocacia.

Assinado pelo procurador geral da OAB-BA, Rafael Mattos, e pelo gerente da Procuradoria, Edgard

Freitas, o relatório da OAB-BA reconhece o avanço normativo que o decreto traz, ao estabelecer marcos claros de atribuição de sigilo, mas aponta problemas na formulação do Art. 2º, III, c e IV, b, que estabelece discricionariedade ao magistrado no acesso, e do Art. 2º, V, 5 da norma, que estabelece o sigilo como regra geral nas investigações contra magistrados.

A OAB-BA entende que por disposição constitucional os atos processuais são, em regra, públicos, admitindo-se a sua limitação excepcionalmente para a defesa da intimidade e do interesse social, cf. Art. 5º, LX e Art. 93, IX. Nesta linha, a legislação

infraconstitucional estabelece hipóteses de limitação da publicidade.

O Estatuto da Advocacia, por sua vez, estabelece a prerrogativa da advocacia de ter vista livremente de qualquer procedimento que não esteja submetido a sigilo (Art. 7º, XIV e XV), ressalvado, no caso de sigilo, a sua habilitação mediante procuração (Art. 7º, §10) e as diligências ainda em curso (Súmula Vinculante 14, STF).

Segundo a análise da Procuradoria da OAB-BA, no geral, o Decreto Judiciário Nº 218 apenas regula a operacionalização do sigilo e sua administração, sem exacerbar a autonomia administrativa do Tribunal. A Ordem pontua que iniciativa do TJBA é louvável, especialmente pela sistematização normativa do sigilo processual no sistema de processo eletrônico, o que confere maior transparência não apenas para a advocacia, mas também para todos os demais atores do sistema de justiça.

O relatório da OAB-BA destaca, entretanto, três aspectos potencialmente problemáticos no decreto judiciário em questão. O primeiro deles é a disposição reiterada, nos variados graus de sigilo, de que “as partes e os representantes legais terão acesso ao processo por permissão concedida pelo magistrado no momento que julgar conveniente e oportuno” (em grifo nosso).

A seccional ressalta que conveniência e oportunidade são elementos da discricionariedade no Direito e que não existe discricionariedade quanto ao acesso das partes e dos seus advogados aos elementos dos autos. O que se exige é uma decisão fundamentada que negue o acesso, mantendo-se o sigilo (conforme o Recurso Especial 593.727/MG), especialmente considerando que a regra geral é a do pleno acesso aos autos às partes e seus advogados.

Desta maneira, a formulação normativa sob análise permite a interpretação de que o magistrado poderia retardar a resposta às solicitações de habilitação e acesso, sob o manto de um juízo de conveniência e oportunidade legitimado pelo decreto judiciário.

A OAB vem manifestando o entendimento de que os atrasos na análise de pedidos de liberação do sigilo violam direito líquido e certo da advocacia, como, aliás, já foi defendido em algumas oportunidades por meio de impetração de mandado de segurança pela OAB-BA.

A OAB Bahia sustenta que a norma deveria prever um dever de análise célere, pelo juiz, do requerimento formulado por advogados, bem como da necessidade de decisão formal e fundamentada de eventual indeferimento, a fim de se permitir, em homenagem ao devido processo legal substancial, que o controle do sigilo possa ser levado às instâncias superiores por recurso ou sucedâneo recursal, conforme o caso concreto.

Outro aspecto problemático apontado pelo relatório da OAB-BA no Decreto Judiciário Nº 218 é a disposição do Art. 2º, V, 5, que atribui automaticamente o sigilo nível 4 (intenso) às investigações contra magistrados, o que conflita com o Art. 393 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que estabelece apenas a possibilidade, fundamentada, de atribuição de sigilo, preservando-se, em regra, o interesse público superior.

“No dia 24 de março, a OAB Bahia iniciou as tratativas com a Mesa Diretora do TJBA visando a completa adequação do Decreto Judiciário Nº 218 às disposições constitucionais e legais de publicidade dos atos processuais e, em especial, às prerrogativas profissionais da advocacia”, declarou a presidenta Daniela Borges.

*“As partes e os representantes legais terão acesso ao processo por permissão concedida pelo magistrado no momento que julgar conveniente e oportuno”*

Relatório da Procuradoria da OAB-BA analisa o Decreto Judiciário Nº 218.



## Golpe do falso advogado: como evitar e o que fazer para denunciar



*Em adesão à mobilização nacional, OAB-BA lança campanha para chamar atenção da população sobre crime, que já fez inúmeras vítimas no Brasil*

Em destaque na mídia nacional, o golpe do falso advogado tem feito inúmeras vítimas no Brasil e despertado a atenção da OAB em todo o país. No dia 22 de março, durante o Colégio de Presidentes da Ordem, a OAB Nacional e suas 27 subseções discutiram medidas para conscientizar a população e a classe sobre a existência do golpe, praticado por criminosos que utilizam dados públicos de advogados para roubar dinheiro de pessoas com processos na Justiça.

Além da criação de um grupo de trabalho nacional, a OAB aprovou o encaminhamento de um protocolo ao Ministério da Justiça (MJ), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Governo Federal, solicitando a federalização das ações, investigações e campanhas de combate ao golpe, com a criação de grupos técnicos de trabalho.

Também foram aprovadas a adoção de medidas para garantir o acesso seguro e regulado aos dados

processuais, inclusive com o uso de inteligência artificial para cruzamento de informações e unificação dos canais de denúncia em âmbito nacional, e uma proposta à Escola Superior da Advocacia Nacional (ESAN) para desenvolver campanhas de conscientização sobre golpes praticados por falsos advogados, deepfake, autenticação, uso de inteligência artificial e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Na Bahia, em adesão ao movimento nacional, a OAB-BA lançou uma campanha com frentes de atuação voltadas ao combate da prática. Segundo a presidenta da seccional, Daniela Borges, além de ajudar na prevenção do golpe, a iniciativa servirá para alertar a população baiana sobre a importância da denúncia e do rastreamento junto à Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública e Ministério Público, órgãos com os quais a seccional tem discutido o assunto.



Em adesão ao movimento nacional, a OAB-BA lançou uma campanha de combate ao golpe.

## Confira as frentes de atuação da Campanha da OAB-BA



Orientações gerais: a seccional compilou uma série de informações sobre a forma de aplicação do golpe e um passo a passo com orientações para o público. O material servirá de base para uma cartilha já em desenvolvimento. **Confira algumas orientações:**

### Como acontece o golpe?

Geralmente, o golpista entra em contato com os clientes ou as partes, fingindo ser o advogado contratado ou o respectivo escritório, e solicita transferências via PIX, alegando que o pagamento prévio de um valor é necessário para liberar um suposto crédito existente no processo. A abordagem pode acontecer por invasão ou clonagem do WhatsApp do advogado ou escritório, com o uso da foto do profissional ou logotipo da empresa. Os golpistas também podem utilizar números desconhecidos, e-mails, SMSs ou redes sociais para simular mensagens enviadas por supostas pessoas ligadas ao advogado, como uma secretária, ou por instituições financeiras ou suporte técnico.

### Sou cliente e tenho processo na Justiça: o que fazer para não cair no golpe?

- Sempre desconfie ao receber uma ligação solicitando a confirmação de dados;
- Confira se o número de telefone é conhecido e estabeleça com seu advogado uma comunicação sempre pelos mesmos canais;
- Combine de fazer os pagamentos em uma única instituição financeira (sempre com os mesmos dados bancários, agência, conta, CNPJ ou CPF).

### No caso de clientes que foram vítimas, o que fazer?

- Providenciar prints da tela da conversa;
- Providenciar prints da tela com o número do celular;
- Salvar toda conversa;
- Se caiu no golpe, salvar o comprovante do pagamento;
- Fazer um Boletim de Ocorrência na delegacia mais próxima ou na delegacia virtual;

### Para os advogados, a OAB-BA sugere os seguintes passos:

- Atualizar continuamente o cadastro na seccional;
- Avisar os clientes sobre o(s) número(s) de WhatsApp que utiliza;
- Sempre denunciar, se for vítima.

### Atuação junto às instituições responsáveis:

Como parte da campanha, a OAB Bahia está desenvolvendo uma série de encontros e debates com instituições públicas, cobrando soluções para o problema. Entre as atuações já realizadas, estão:

- Reunião com a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público da Bahia para discutir medidas efetivas de combate ao golpe.
- Envio de dossiê à Polícia Civil: a OAB-BA preparou um material com os casos recebidos e encaminhou ao Grupo Especializado de Repressão aos Crimes por Meios Eletrônicos da Polícia Civil do Estado da Bahia, sugerindo uma investigação que leve em conta o conjunto dos crimes e não pulverize a investigação de forma isolada.

- Encontro com o corregedor-geral da Polícia Civil, Edenor de Macêdo Cerqueira, e a corregedora adjunta Jorvane Andrade dos Santos para cobrar medidas sobre o dossiê.
- Reunião com o secretário de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), Marcelo Werner, para tratar do caso.
- Envio de ofício à SSP-BA, chamando atenção para gravidade da situação e pedindo esforço concentrado da Polícia Civil.

#### Canal de denúncias:

A OAB-BA criou o canal de denúncias ([denuncias@oab-ba.org.br](mailto:denuncias@oab-ba.org.br)), voltado a advogados e clientes. Todas as denúncias são compiladas e enviadas periodicamente à Polícia Civil.

Além do canal, a seccional chama atenção para a importância de registrar boletim de ocorrência na delegacia local ou delegacia virtual.

## OAB Bahia instala nova Procuradoria de Defesa dos Honorários

*Conselheira Alice Cintra foi empossada primeira procuradora de honorários da seccional*

Em mais uma ação em prol da advocacia, a OAB Bahia criou uma Procuradoria de Defesa dos Honorários. Realizada nesta sexta (28), durante sessão do Conselho Pleno, a instalação da nova procuradoria vem fortalecer o Sistema de Honorários da OAB-BA, que já conta com uma Comissão Especial de Honorários Advocatícios.

Destacando a importância da iniciativa, a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, disse que, além de defender os interesses da advocacia, a procuradoria ajudará a divulgar as ações da seccional e a fortalecer seu sistema de honorários. “Hoje, a OAB Bahia entra como terceira interessada em inúmeras ações, mas a gente percebe que, muitas vezes, a advocacia não toma conhecimento disso. A procuradoria, portanto, ajudará a divulgar melhor esse trabalho, além de ampliar e fortalecer nosso sistema de honorários”, explicou.

À frente do novo órgão, a conselheira seccional Alice Cintra foi empossada a primeira procuradora de Honorários da OAB-BA. Cintra agradeceu ao

Pleno a confiança de assumir o cargo e disse que estará junta à advocacia na luta em defesa dos honorários, que ainda representam uma grande batalha para os colegas que atuam no estado. “Essa implantação na seccional baiana será de grande importância para a valorização da nossa profissão”, completou.

Destacando a importância da defesa da remuneração da advocacia, o presidente da Comissão Especial de Honorários Advocatícios, Jones Couto, fez uma apresentação das atividades do grupo e disse que é importante que os colegas trabalhem e ajudem a advocacia em defesa dos honorários.

*“Essa implantação na seccional baiana será de grande importância para a valorização da nossa profissão”*

**Alice Cintra**  
Procuradora de Honorários da OAB-BA

## Cidades de Cipó e Ribeira do Amparo são rezoneadas da OAB Alagoinhas para a OAB Serrinha

As cidades de Cipó e Ribeira do Amparo, que até então integravam a OAB Alagoinhas, foram rezoneadas para a OAB Serrinha. Aprovado pelo Conselho Pleno da seccional, em reunião em março, o rezonamento aconteceu após pedido de ambas as subseções para melhoria da distribuição da competência jurisdicional, modificando a Resolução nº 001/202 CP, que fazia a divisão das cidades.

Responsável pela relatoria da proposta, o conselheiro Rafael Lino disse que a redistribuição dos municípios apresenta-se como medida adequada e necessária para corrigir as distorções apontadas nos pedidos das subseções, garantindo mais equidade aos advogados e jurisdicionados e considerando a importância da proximidade entre os advogados e as suas respectivas subseções. “Cipó encontra-se próxima a Ribeira do Amparo, importante cidade da região, que já faz parte da

subseção de Serrinha. Além disso, Ribeira do Amparo já faz parte da comarca de Cipó, o que justifica que ambas as localidades sejam rezoneadas em conjunto”, explicou.

Natural de Serrinha, a conselheira Luise Alves disse que o requerimento é legítimo, considerando a proximidade territorial e o amparo da subseção de Serrinha aos colegas que atuam em Cipó e Ribeira do Amparo. “Eu atuo na comarca de Cipó e, do ponto de vista geográfico, é uma mudança que faz completo sentido”, ressaltou.

O conselheiro alagoinhense Vinícius afirmou que a região de Alagoinhas engloba 26 cidades e 13 comarcas, totalizando quase o mesmo tamanho do estado de Sergipe. “A medida, sem dúvida, trará para os colegas de Cipó e e Ribeira do Amparo mais representatividade”, defendeu.

## OAB-BA pede e TJBA restabelece fluxo de publicações nos diários da Justiça estadual e nacional

Depois de se reunir com a Secretaria de Tecnologia e Modernização (SETIM) do TJBA, a OAB Bahia, por meio da sua Comissão Permanente de Tecnologia e Informação, conseguiu obter o restabelecimento das publicações no Diário da Justiça do Estado da Bahia e no Caderno de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).

A seccional baiana já tinha enviado um ofício à presidenta do TJBA, desembargadora Cynthia

Resende, e ao secretário da SETIM, Ricardo Franco, cobrando a normalização das repetidas e contínuas publicações, que estavam causando insegurança jurídica na classe. Após a reunião com a SETIM, as publicações foram restabelecidas, restando, apenas, algumas remanescentes.

“Sem dúvida, essa é mais importante vitória para a advocacia. A ocorrência de múltiplas mensagens estava ocasionando confusão em relação

à contagem de prazos, bem como a intercorrência de falta de certidão nos sistemas, o que prejudicava não só a advocacia, mas os jurisdicionados”, destacou a presidenta da Comissão Permanente de Tecnologia e Informação da OAB-BA, Tamiride Monteiro. Tamiride explicou, ainda, que, mesmo diante da normalização do fluxo, o advogado deve conferir

sempre as certidões das publicações para evitar a perda de prazos e lembrou que, para publicações do Diário da Justiça Estadual, continua valendo o prazo do Diário Eletrônico, e não o do DJEN. “Ja em relação à Justiça do Trabalho, permanece o prazo do diário do TRT-DJEN, por já haver integração”, concluiu.

Posses de subseções até março



14/02 • Itabuna



18/02 • Feira de Santana

Posses de subseções



Cerimônias realizadas até março



28/01 • Teixeira de Freitas



21/02 • Bahia



29/01 • Porto Seguro e Eunápolis



13/02 • Ilhéus



14/02 • Coaraci



25/02 • Valença



11/03 • Jequié

Posses de subseções até março



12/03 • Ipiaú e Gandu



14/03 • Brumado e Conquista



26/03 • Camaçari



19/03 • SAJ



27/03 • Lauro de Freitas



SER RECEBIDO PELO JUIZ NÃO É FAVOR. É DIREITO da ADVOCACIA.



# Aproxima?



# Claro que sim!

São programas como o **anuidade zero** que **aproximam cada vez mais a Advocacia da OAB-BA.** Através das compras do dia a dia, a classe pode ter **descontos expressivos em sua anuidade.**



[www.anuidadezero.oab-ba.org.br](http://www.anuidadezero.oab-ba.org.br)

SAIBA MAIS!



anuidade  
**ZERO**

